



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIO EUGENIO EVANGELISTA SILVA BRITO

**POR UMA DESCOLONIZAÇÃO DA HISTÓRIA: a historiografia africana da
década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop**

GOIÂNIA-GO

2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Mario Eugenio Evangelista Silva Brito		
E-mail:	meesbali@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor:	Estudante		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ: 00889834/0001- 08
Título:	<i>Por uma descolonização da história: a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop</i>		
Palavras-chave:	historiografia africana, colonialismo, <i>perspectiva africana</i> , DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta		
Título em outra língua:	<i>Toward a decolonizing history: the African historiography in the 1950's, Kenneth Onwuka Dike and Cheikh Anta Diop</i>		
Palavras-chave em outra língua:	African historiography, colonialism, <i>African perspective</i> , DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	31/08/2015		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em História		
Orientador (a):	Elias Nazareno		
E-mail:	eliasna@hotmail.com		
Co-orientador(a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Mario Eugenio E. S. Brito
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 15 / 08 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARIO EUGENIO EVANGELISTA SILVA BRITO

POR UMA DESCOLONIZAÇÃO DA HISTÓRIA: a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Nazareno

GOIÂNIA-GO

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

BRITO, Mario Eugenio Evangelista Silva

Por uma descolonização da história [manuscrito] : a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop / Mario Eugenio Evangelista Silva BRITO. - 2015.
xii, 78 f.

Orientador: Prof. Elias NAZARENO.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras.

1. Historiografia africana . 2. Colonialismo . 3. Perspectiva africana .
4. DIKE Kenneth Onwuka. 5. DIOP Cheikh Anta. I. NAZARENO, Elias,
orient. II. Título.

MARIO EUGENIO EVANGELISTA SILVA BRITO

**POR UMA DESCOLONIZAÇÃO DA HISTÓRIA: a historiografia africana da
década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop**

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, aprovada por todos os membros da Banca Examinadora em 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elias Nazareno (UFG-FH)
Presidente

Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo (UFG-FH)
Examinador

Prof. Dr. Muryatan Santana Barbosa (UFABC-CECS)
Examinador

Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima (UFG-FCS)
Suplente

À Maria Aparecida de Brito, Blenda Beatriz de Brito, Elismênnia Aparecida Oliveira,
Kamila Pereira Porfírio, todos e todas do Coletivo de Alunos/as Negros/as Beatriz
Nascimento (CANBENAS) e aos insurgentes (que vivem contrariando as estatísticas)
desde a Vila Mutirão e adjacências

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o professor Elias Nazareno pela abertura, confiança e paciência;

Ao professor Alexs Ratts, pelos diálogos e livros emprestados sem os quais esta dissertação dificilmente seria realizada;

À professora Elisser Scaramal, minha orientadora de monografia, a quem, a parte nossas diferenças, guardo um profundo respeito;

Aos amigos e amigas: Jakson da Silva Diniz, Matheus Guimarães Mello e Elismênnia Aparecida Oliveira; Rosa, Marie e Guada pelo companheirismo

E, aos estudantes africanos de intercâmbio, na figura de Eduardo Moisés Jamisse Humbane, pelas vivências e conversas que me trouxeram um cadinho de África, “tamos juntos!”

“Desconfiemos daqueles que nos redigem narrativas bem ordenadas dos tempos remotos (...) Estes pecam pelo gosto detestável de querer, por força, tornar claro o que é confuso (...) A história dos homens e dos países antigos parece uma roupa cheia de furos e cada orifício representa as coisas que ignoramos. De que serve, afinal, ostentar um saber que dá a impressão de que o narrador conhece tudo, ao passo que o leitor pouco sabe?”

Ibn Khaldun, Muqaddimah

RESUMO

BRITO, M. E. E. S. *Por uma descolonização da história: a historiografia africana da década de 1950*, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

O tema principal desta dissertação é a historiografia africana do período da descolonização da África. Procuramos investigar como o colonialismo foi construído como um problema nas obras de dois historiadores pioneiros desse campo oriundos da África Ocidental: *Trade and Politics* (1956) de Kenneth Onwuka Dike (1917-1983) e *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960) de Cheikh Anta Diop (1923-1986). Trata-se de uma análise no âmbito da explicação histórica: aqui identificada como *perspectiva africana*. No primeiro momento, oferecemos um panorama do lugar dessas obras na cultura histórica e política da África Ocidental, como também no contexto metropolitano londrino e parisiense do pós-guerra. E em seguida comparamos detalhadamente a perspectiva africana das obras em questão.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia africana, colonialismo, perspectiva africana, DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta.

ABSTRACT

BRITO, M. E. E. S. *Toward a decolonizing history: the African historiography in the 1950's*, Kenneth Onwuka Dike and Cheikh Anta Diop. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

The main topic of this study is the African historiography at the time of Africa's decolonization. We attempt to exam how the colonialism was built as a problem in the works of two pioneered historians of that field from West Africa: *Trade and Politics* (1950) by Kenneth Onwuka Dike (1917-1983) and *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960) by Cheikh Anta Diop (1923-1986). This is an analysis within the scope of historical explanation which means here *African perspective*. At first, we show schematically the place played by those works in the historical and political culture of West Africa and metropolitan capitals (London and Paris) in the post-war period and then comparing in detail the African perspective of the works under survey.

KEYWORDS: African historiography, colonialism, *African perspective*, DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta.

RESUMEN

BRITO, M. E. E. S. *Hacia una descolonización de la historia: la historiografía africana en la década de 1950*, Kenneth Onwuka Dike y Cheikh Anta Diop. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

El tema principal de este estudio es la historiografía africana en el momento de la descolonización de África. Tratamos de investigar cómo el colonialismo fue construido como un problema en las obras de dos historiadores pioneros de ese campo oriundos de la África Occidental: *Trade and Politics* (1950) de Kenneth Onwuka Dike (1917-1983) e *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960) de Cheikh Anta Diop (1923-1986). Esta es un análisis dentro del alcance de la explicación histórica que significa aquí *perspectiva africana*. Inicialmente, mostramos esquemáticamente el lugar desempeñado por las obras en la cultura histórica y política de África Occidental y en las capitales metropolitanas (Londres y París) en el período de post-guerra. Y Luego en seguida comparamos en detalle la perspectiva africana de las obras mencionadas.

PALABRAS CLAVE: historiografía africana, colonialismo, perspectiva africana, DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta.

RÉSUMÉ

BRITO, M. E. E. S. *Vers une décolonisation de l'histoire: l'historiographie africaine dans les années 1950*, Kenneth Onwuka Dike et Cheikh Anta Diop. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Le sujet principal de cette étude est l'historiographie africaine au moment de la décolonisation de l'Afrique. Nous essayons d'examen comment le colonialisme a été construit comme un problème dans les travaux de deux, pionniers historiens de ce champ, indigènes l'Afrique de l'Ouest: *Trade and Politics* (1950) de Kenneth Onwuka Dike (1917-1983) et *L'Afrique Noire Précoloniale* (1960) de Cheikh Anta Diop (1923-1986). Ceci est une analyse dans le cadre de l'explication historique qu'on entend ici par *perspective africaine*. Dans la premier partie, nous montrons rapidement le rôle joué par ces œuvres dans la culture historique et politique de l'Afrique de l'Ouest et les capitales métropolitaines (Londres et Paris) au période d'après-guerre. Et après on compare en détail le *perspective africaine* dans les ouvrages cités.

MOTS-CLÉS: historiographie africaine, colonialisme, perspective africaine, DIKE Kenneth Onwuka, DIOP Cheikh Anta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Figura 1 Dike e Diop.....	21
Figura 2 - Mapa atual da África Ocidental.....	22
Figura 3 - Mapa da África Ocidental em 1935.....	33
Figura 4 - Cronologia institucional dos Estudos Africanos.....	41
Figura 5 - Congresso de Escritores e Artistas Negros.....	48
Figura 6 - Mapa histórico esquemático da África Ocidental.....	51

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
RESUMEN	IX
RÉSUMÉ	X
LISTA DE FIGURAS	XI
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – Orientações teórico-metodológicas	23
1.0- Introdução.....	24
1.1 - Historiografia africana ou africanista?	24
1.2 - Da africanização.....	26
CAPÍTULO II – A historiografia africana da década 1950: uma contextualização	34
2.0 - Introdução.....	35
2.1 - Uma história “clandestina” contraposta a uma história profissional	35
2. 2 - A ideia de pertencimento e o uso das fontes internas em <i>Trade and Politics</i> e <i>L’Afrique Noire Précoloniale</i>	37
2. 3 - As diferentes tradições históricas na África Ocidental	38
2.4 - O lugar cultural e social do historiador na África	41
2. 5 - Os trabalhos e as instituições.....	42
2. 6 - O engajamento: historicismo negro-africano	46
CAPITULO III - A perspectiva africana em <i>Trade and Politics</i> e <i>L’Afrique Noire Précoloniale</i>	52
3. 0 Introdução	53
3. 1 - Primeiras aproximações	53
3. 2 - As teses interregionais:	55

3.2.0 - Um conceito transversal.....	55
3.2.1 - O comércio transcontinental, <i>Bilad-es-Sudan</i>	57
3.2.2 - O comércio transcontinental, <i>Delta do Níger</i>	59
3.3 - A valorização do africano pela reconstituição de seu passado	62
3.4 – Regionalismo: tempo histórico	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
BIBLIOGRÁFICAS	73
1 - Documentos textuais	73
2 - Obras de referência	73
3 - Obras Gerais	74
4 - Artigos, resenhas, teses e entrevista.....	75
4. Sites Consultados	77

INTRODUÇÃO

“Je dis Kaya-Magan je suis! Roi de la lune, j’unis la nuit et le jour.
 Je suis Prince du Nord du Sud, du soleil levant Prince et du soleil couchant,
 La plaine ouverte à mille ruts, la matrice où se fondent les métaux précieux.
 Il en sort l’or rouge et l’Homme rouge-rouge ma dilection à moi
 Le roi de l’or - qui a la splendeur du Midi, la douceur féminine de la nuit.
 Donc picorez mon front bombé, oiseau de mes cheveux serpents.
 Vous ne vous nourrissez seulement de lait bis, mais picorez la cervelle du Sage.
 Maître de l’hiéroglyphe dans sa tour de verre.
 Paissez faons de mon flanc sous ma récade et mon croissant de lune.
 Je suis le Buffle qui se rit du Lion, de ses fusils chargés jusqu’à la gueule.
 Et il faudra bien qu’il se prémunisse dans l’enceinte de ses murailles.
 Mon empire est celui des proscrits de César, des grands bannis de la raison ou de l’instinct
 Mon empire est celui d’amour, et j’ai faiblesse pour toi femme
 L’étrangère aux yeux de clairière, aux lèvres de pomme cannelle, au sexe de buisson ardent
 Car je suis les deux battants de la porte, rythme binaire de l’espace, et le troisième temps
 Car je suis le mouvement du tam-tam, force de l’Afrique future.
 Dormez faons de mon flanc sous mon croissant de lune. ”¹

“Ghana, we now have freedom (freedom).
 Ghana, land of freedom (hallelujah)
 Toils of the brave and the sweat of their labor.
 Toils of the brave which have brought results
 Kwame, star of Ghana,
 Nkrumah, Star of Ghana
 (Everybody) Toils of the brave and the sweat of their labor.
 Toils of the brave which have brought results (...)”²

Em geral, a década 1950, em que foram publicadas *Trade and politics in the Niger Delta 1830-1885: an introduction to the economic and political history of Nigeria* (doravante, *Trade and Politics*) e *L’Afrique noire pré-coloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l’Europe et de l’Afrique noire de l’Antiquité à la formation des Etats modernes* (doravante, *L’Afrique Noire Précoloniale*), é conhecida como uma fase onde a institucionalização acadêmica e desenvolvimento de metodologias na construção da disciplina

¹ “Le Kaya-Magan”, Éthiopiennes, 1956, Léopold Sédar Senghor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K68GLm_grRk>. Acesso em: 20 ago. 2015. Mais informações sobre a obra de Senghor veja DIAGNE, 2007.

² “Ghana Freedom”, 1957, E. T. Mensha. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OUMbrs4aEsA>> . Acesso em: 20 ago. 2015. Ou SALM, Steven J.; FALOLA, Toyin. Music and Dance. In: _____. Culture and Customs of Ghana. Estados Unidos da América: Greenwood press, 2002. p. 182. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Up_EcXthzCcC&pg=PA182&lpg=PA182&dq=ghana+land+of+freedom+lyrics&source=bl&ots=DxhExfQM9e&sig=Hruxhx4JdLzuUuco0UVJxslAsxE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi69Pfv-8DLAhWKFx4KHT8oBM4Q6AEIYDAJ#v=onepage&q&f=false> . Acesso: 22 fev. 2015.

da história da África eram incipientes. Não obstante, podemos encontrar aí o climax de um movimento cultural e político cujos antecedentes, tais como a Negritude, o Congresso Pan-Africano e o Renascimento do Harlem, recuam ao período entre as duas grandes guerras. De fato, trata-se do esforço de *uma* geração, ainda que assaz diversa e polissêmica. Onde se vê o aparecimento de indivíduos de diferentes partes do continente africano e da diáspora que produziram obras como os ensaios políticos de um Nkrumah (1909-1972) ou um Fanon (1925-1961), os romances de um Achebe (1930-) ou um Baldwin (1924-1987); os poemas de um Senghor (1906-2001) ou um Césaire (1913-2008); as músicas, como os *highlifes* de um Mensah (1919-1996), etc. Grande parte, intelectuais imbuídos de um otimismo, para quem o futuro interceptava o passado, a independência à gloriosa época pré-colonial. A exemplo da palavra “Gana”, o nome escolhido para a antiga colônia da Costa do Ouro, estado recém-independente (1957), a “terra da liberdade” como no refrão do exultante *highlife* de Mensah, que, anteriormente, nomeava o império conhecido mais antigo da África Ocidental, cujo rei, intitulado “Kay-Magan”, era agora o eu lírico do poeta, futuro presidente do Senegal. Pode-se imaginar que a ubiquidade dessa coreografia entre o passado (período pré-colonial), o presente (o colonialismo) e o futuro (a independência) nessas variadas expressões políticas e culturais do período, traz consigo um significado especial à atividade do especialista em história e, conseqüentemente, aquelas obras inicialmente citadas.

Grosso modo, as análises sobre a origem da historiografia africana em sua forma acadêmica tendem a interpretar esse acontecimento, o que é totalmente compreensível, partindo do próprio contexto acadêmico. Com efeito, são frequentes as referências à Hegel, embora o mesmo não tenha produzido historiografia, no que diz respeito a como as populações africanas entraram, ou melhor, ficaram de fora da História Universal ou da Civilização. Afirma-se a cumplicidade daqueles que engendraram a institucionalização da história nas universidades europeias no século XIX; que por seu turno, restringiram a cientificidade do ofício do historiador ao trabalho com documentos escritos. Ainda nesse contexto, o predomínio da investigação de processos históricos nos limites do Estado-Nação, isto é o nacionalismo na compreensão do objeto histórico, é aventado como outro grande obstáculo para historiadores profissionais com pretensões cosmopolitas. Em resumo, são estudos que pretendem demonstrar a importância da historiografia da África (e particularmente aquela feita por africanos) no combate ao discurso eurocêntrico nas ciências humano-sociais; e de forma alguma devem ser negligenciados: na medida em que esse

problema é mais atual do que nunca em nossa academia e sociedade.

Creio, no entanto, que esse tipo de avaliação sobre a historiografia da África e feita por africanos da década de 1950, embora extremamente importante, não conduz a bom termo outro aspecto de igual importância, qual seja, a diversidade de respostas dada ao problema do colonialismo nas obras produzidas no período. Diante disso, parece haver um encobrimento das tensões, proporcionando equívocos como a imagem de uma uníssona historiografia anticolonial. Nossa dissertação toma outro rumo, se se pode caracterizar essa tendência de análise da história da historiografia africana de diacrônica, nossa proposta é sincrônica. Isto é, procuramos comparar as obras de história da África reputadas como contemporâneas no lugar de focar as possíveis inovações que a inauguração de um novo campo acadêmico sobre uma área específica do globo trouxe para historiografia internacional.

Outro problema que observamos nessa procura em demonstrar os ganhos da historiografia da África frente a uma historiografia colonial eurocêntrica na compreensão do passado dos povos africanos em particular e da humanidade em geral era o de compreendê-la no quadro global dos estudos africanos perscrutando as trajetórias de instituições de pesquisa na Europa, América ou África: onde pouco espaço era aí reservado a perceber como essa historiografia poderia se relacionar com a cultura histórica local. Pois, algumas oposições eram enfatizadas: profissionais versus amadores e história oral versus história escrita. Aqui tentaremos uma análise para além dessas dicotomias. Assim, foi importante o recorte estabelecido, o estudo não é apenas sobre duas obras, mas sim sobre dois autores na medida em que esses podem contribuir em construir uma narrativa que restitua o elo entre essa história internacional da historiografia africana e a história local. Esses aspectos teórico-metodológicos foram detalhados no capítulo I desta dissertação.

Deste modo, foi preciso focar outros contextos culturais e políticos de produção e reprodução do conhecimento histórico. Com efeito, quando se diz aqui de “historiografia africana”, trata-se de duas obras, dois autores, dois lugares na África Ocidental. Logo, isso que estamos a apresentar poderia ser, por certo, compreendido como uma história regional da África, como também poderia ser apreendido como um episódio na história intelectual do Atlântico Negro (como quer Gilroy): embora Dike e Cheikh Anta tenham começado suas trajetórias sócio-espaciais no interior da África, esses se encaminharam para região costeira, aos enclaves atlânticos, em seguida adentram a metrópole imperial para aí constituírem redes intelectuais transnacionais, com intelectuais caribenhos,

estadunidenses, asiáticos, europeus, etc (alguns desses citados no primeiro parágrafo). Uma África Ocidental que aparecerá, por vezes, como Senegâmbia e Costa da Guiné, na comunidade linguística dos wolof e igbo, outras como África Ocidental Francesa (de agora em diante AOF) e África Ocidental Britânica (particularmente a Nigéria), e ainda como África Negra, nas narrativas sobre a história pré-colonial do Continente, entre francófonos e anglófonos na condição de “intelligentsia emigrada”³. É claro que desde o ponto mais local ao ponto mais global, há a projeção e apropriação de invenções. Por isso foi importante, no contexto das próprias obras, identificar a construção do engajamento a esses espaços, seja enquanto wolof ou igbo, colonizado nigeriano ou senegalês ou negro-africano. Tal coisa que tentamos fazer no capítulo II.

Até a década de 1950, três eram os países independentes no continente africano, a Etiópia, a Libéria e o Egito; dez anos mais tarde, ao final dos anos 1960, no oeste africano, todos os países tinham atingido sua independência formal (exceção feita aos países colonizados pelo Império Português, Guiné-Bissau e Cabo-Verde). Nesse mesmo período, eram publicados os primeiros livros de história da África feitos por historiadores africanos profissionais que em sua maioria eram dessa mesma região. Posteriormente, no pós-independência, surgiram aí importantes tradições historiográficas, a Escola de Ibadã e a Escola de Dacar, a primeira de expressão inglesa e a última de expressão francesa. Muito dos nomes relacionadas a essas escolas estiveram envolvido na produção da UNESCO História Geral da África (de agora em diante HGA-UNESCO) conhecida como uma obra de consolidação desse campo de saber. Dentre esses nomes, nossa escolha foi por analisar a obra de autores de diferentes contextos linguísticos.

Houve no início, a iniciativa de incluir na pesquisa também o historiador Joseph Ki-Zerbo; com o tempo, no entanto, essa foi abandonada. Isso ocorreu devido a três fatores, as características de sua obra, sua trajetória sócio-espacial e as limitações da produção desta dissertação. Sobre o primeiro fator, pesou que em relação às outras obras investigadas, a *História da África negra* pertencia a outro contexto, isto é, não é fruto de uma tese doutoral como as outras obras e por sua primeira publicação ser da década de 1970, possui um jargão que a aproxima mais da HGA-UNESCO, do que das obras da década de 1950. Quanto ao segundo fator, Ki-Zerbo tem origem na AOF, com isso pode ser associado à Cheikh Anta: a

³Esse termo é de M'BOKOLO (2011, p. 588) designa a elite de africanos colonizados que se forma na convivência na metrópole.

parte ser da região “voltaica” e de ter formação cristã, esses possuiriam trajetórias parecidas (do interior-a-costa-daí-para-metrópole-imperial). Assim, justificar Ki-Zerbo nesta dissertação exigiria tratar de outro nível de diferenças e semelhanças distinto daquela que poderia ser exposto na conjugação: Dike/Cheikh Anta ou Dike/Ki-Zerbo. Finalmente, se ainda assim diante dessas dificuldades levasse a cabo uma pesquisa com Dike, Cheikh Anta e Ki-Zerbo: não cumpriria os prazos demarcados para o fim deste trabalho. Sobre esse último aspecto, são consequências de minha inexperiência e ao mesmo também grande interesse sobre o assunto.

Os livros escolhidos, portanto, foram *Trade and Politics* e *L’Afrique Noire Précoloniale*. O primeiro, pertencente à Dike, foi publicado primeiramente em 1956, o único produzido pelo historiador nigeriano na década de 1950. Diferentemente, de Cheikh Anta que escreveu dois outros livros no período: *Nation Nègres et Culture* de 1954 decorrente de uma tese doutoral rejeitada pela Sorbonne em 1951 e *L’Unité Culturelle d’Afrique Noire* que conjuntamente com *L’Afrique Noire Précoloniale* foram as teses que lhe renderam seu título de *Docteur es Lettres* por essa mesma instituição. A escolha de um desses e não de todos, ou dois, ou outro livro, decorre da constatação que *L’Afrique Noire Précoloniale* é a obra mais distante da egiptologia ou da antropologia escrita por Cheikh Anta: o que para os fins desta dissertação significou uma abertura maior para comparações com *Trade and Politics*.

É importante ficar claro que os trabalhos desses autores serão compreendidos como um fato entre muitos no interior de um grande processo que é a formação da historiografia africana. Isto é, não se trata aqui (i) de generalizar as conclusões que serão apresentadas no corpo desta dissertação para toda historiografia africana do período ou (ii) de verticalizar sobre o significado desses trabalhos no compito geral do pensamento de cada autor. Sobre a primeira premissa muito já foi dito nesta seção, consiste em trazer um contexto cultural e político africano não exaustivo, posto que entrevisto na vida e na obra desses intelectuais.

A propósito da segunda premissa, paira a angústia hermenêutica. Isto é, está em jogo como garantir uma boa interpretação: trazer argumentos que dêem plausibilidade ao sentido por nós atribuído a determinado conceito ou afirmação inferida desde essas obras. Assim, seria conveniente o auxílio de outros trabalhos do mesmo autor, pressupondo aí uma coerência de seu pensamento; o que em última instância, resultaria que fosse melhor analisar um só desses historiadores africanos e toda (ou boa parte de) sua obra, dada as circunstâncias de uma dissertação de mestrado, mas aí se perderia nosso objetivo principal. Não obstante,

diante da genuinidade desse viés, procurei sustentar teórico-metodologicamente este estudo de *Trade and Politics e L’Afrique Noire Précoloniale* – para além dos próprios questionamentos e enquadramentos que propôs anteriormente – com uso de comentários de analistas das obras e principalmente, mediante o instrumental apresentado por Muryatan Santana Barbosa em sua tese sobre a HGA-UNESCO, uma análise epistemológica que aborda a explicação histórica. Com isso, foi possível estabelecer as proximidades e os distanciamentos existentes entre o que chamamos aqui de “perspectiva africana” de *Trade and Politics e L’Afrique Noire Précoloniale*. Outro procedimento a ser destacado é que, em linhas gerais, as traduções feitas em relação aos topônimos, nomes de povos e termos foram em concordância com os tradutores da edição brasileira de 2010 da HGA-UNESCO. Sempre da primeira ocorrência das palavras nessa situação, preferimos manter o termo original acompanhado de sua tradução entre parênteses antecedida com a paráfrase “na HGA-UNESCO”, quando isso não ocorrer: ou não se trata de um termo de grande relevância para fins desta dissertação ou não é (ou deixou de ser) utilizado quando da escrita da HGA-UNESCO, como é o caso, por exemplo, de “destribalização” e “tribo”. Ainda sobre esse assunto, houve a tradução de todas as citações diretas no corpo do texto, mas não nas notas de rodapé, onde foi mantido o texto original. Esses cuidados resultaram em uma pesquisa descrita no capítulo III.

O “público brasileiro” tem acesso aos historiadores considerados nesta dissertação na citada HGA-UNESCO. De fato, J. D. Fage (2010, p. 21) e P. D. Curtin (2010, p. 50) referem-se a Dike⁴ como um pioneiro (primeiro historiador africano de formação universitária e primeiro diretor africano do departamento de história da Universidade de Ibadã, Nigéria), já Cheikh Anta escreveu o Capítulo I do volume II dessa mesma obra. Ainda sobre Cheikh Anta, outra via de acesso as suas ideias neste país tem sido o movimento social negro, principalmente em seu viés acadêmico. Enquanto militante do CANBENAS (Coletivo de Alunos/as Negros/as Beatriz Nascimento), tivemos notícias pela primeira vez do trabalho de Cheikh Anta através de Maria Gorete, uma das mais ativas integrantes do coletivo. Certa feita, ela mencionou sobre uma tese que relacionava física, história, arqueologia, etc. e provava que os Egípcios Antigos eram negros. No V COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as) realizado em Goiânia, 2008, em cuja organização participamos, Cheikh Anta foi um dos intelectuais homenageados na arte elaborada para o evento. Outros

⁴ “Dike” pode também ser grafado como “Diké” (DIKE, 1966, p. 43) e sua pronúncia pode ser transcrita desta forma [di'ke] (Veja: *Nigeria Centenary Awards Night: Pioneers in Professional Callings/Careers, 1:48 – 1:48*, Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=OfK1u0-doBM>>, Acesso: 22 fev. 2015).

exemplos (para além da nossa própria trajetória) apontam a presença de Cheikh Anta no ambiente da militância negro-intelectual nas universidades brasileiras. Destaco dois mais: Léila Gonzalez (1935-1994) em uma entrevista de 1981 concedida a Enugbarijö Comunicações em sua residência⁵ e Carlos Moore (1942-) em um curso ministrado na Casa das Áfricas, São Paulo, 2004 por ocasião da efeméride de 50 anos da publicação de *Nations Nègres et Culture*⁶, bem como seu livro, *Racismo e Sociedade*, de 2007. No primeiro exemplo, a ativista e antropóloga mineira, membro do MNU (Movimento Negro Unificado), relata uma viagem que fez ao Senegal, onde se encontrou com o então diretor do laboratório carbono 14 da Universidade de Dacar e eleito junto com W. E. B. Du Bois o intelectual negro mais influente do século XX. No segundo, o pesquisador afro-cubano radicado no Brasil, fala da experiência pessoal que teve com Cheikh Anta: enquanto estava exilado no Senegal, Moore chegou a trabalhar como assistente do autor senegalês e no seu livro existe um extenso uso das teses diopianas.

Sobre Dike, no Brasil, raras são as referências: soubemos, particularmente, de sua existência por meio dos já citados artigos da HGA-UNESCO. O que causou impressão, desde o começo, foi seu pioneirismo, como mencionado anteriormente. Ele foi também o primeiro Diretor Científico do projeto que resultou na produção e publicação dos oito volumes da HGA-UNESCO, embora não tenha escrito nenhum capítulo da grandiosa obra; na verdade, o historiador nigeriano desapareceu da história institucional do projeto que tem seu início em 1966 e primeiras publicações na década de 1980. Supomos que esse fato se deve a guerra civil nigeriana, ou a guerra da Nigéria contra a república da Biafra, que estourou em 1967 e foi até 1970. Dike, como um igbo, porta-voz da causa biafrense, tal como o famoso escritor nigeriano Chinua Achebe⁷, viu-se obrigado a se afastar da ONU e, por conseguinte, da

⁵CULTNE ACERVO. CULTNE - Léila Gonzalez - 1981. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dYbXevFB0xI>>. Acesso em: 20 out. 2014. Nessa entrevista Gonzalez noticia algumas das razões para essa reverência.

⁶CASA DAS ÁFRICAS. Curso: *Introdução à obra e ao pensamento do prof. Cheikh Anta Diop*, com o prof. Dr. Carlos Moore, 2004. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/xkwx8g_nacoes-negras-e-cultura_school>. Acesso em: 20 ago. 2012. Além disso, em anexo ao livro *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do Racismo na História* de 2007, existem transcrições de entrevistas concedidas por Cheikh Anta, uma delas foi feita por Carlos Moore, o registro em foto encontra-se no final desta seção.

⁷Achebe (2012, p. 108) escreve as seguintes palavras sobre Dike: “Everyone who knew him will acknowledge that Dike was one of the most ‘detribalized’ Nigerians of his generation. This point requires emphasis. A man of this ilk, a rare breed indeed, watched horrified at the disintegration of the nation that he and so many others had fought to establish. His sentiments would change to despair and anger following the massacre of thirty thousand Easterners and the rising hostility toward him and his family in Ibadan. Dike resigned as vice chancellor of

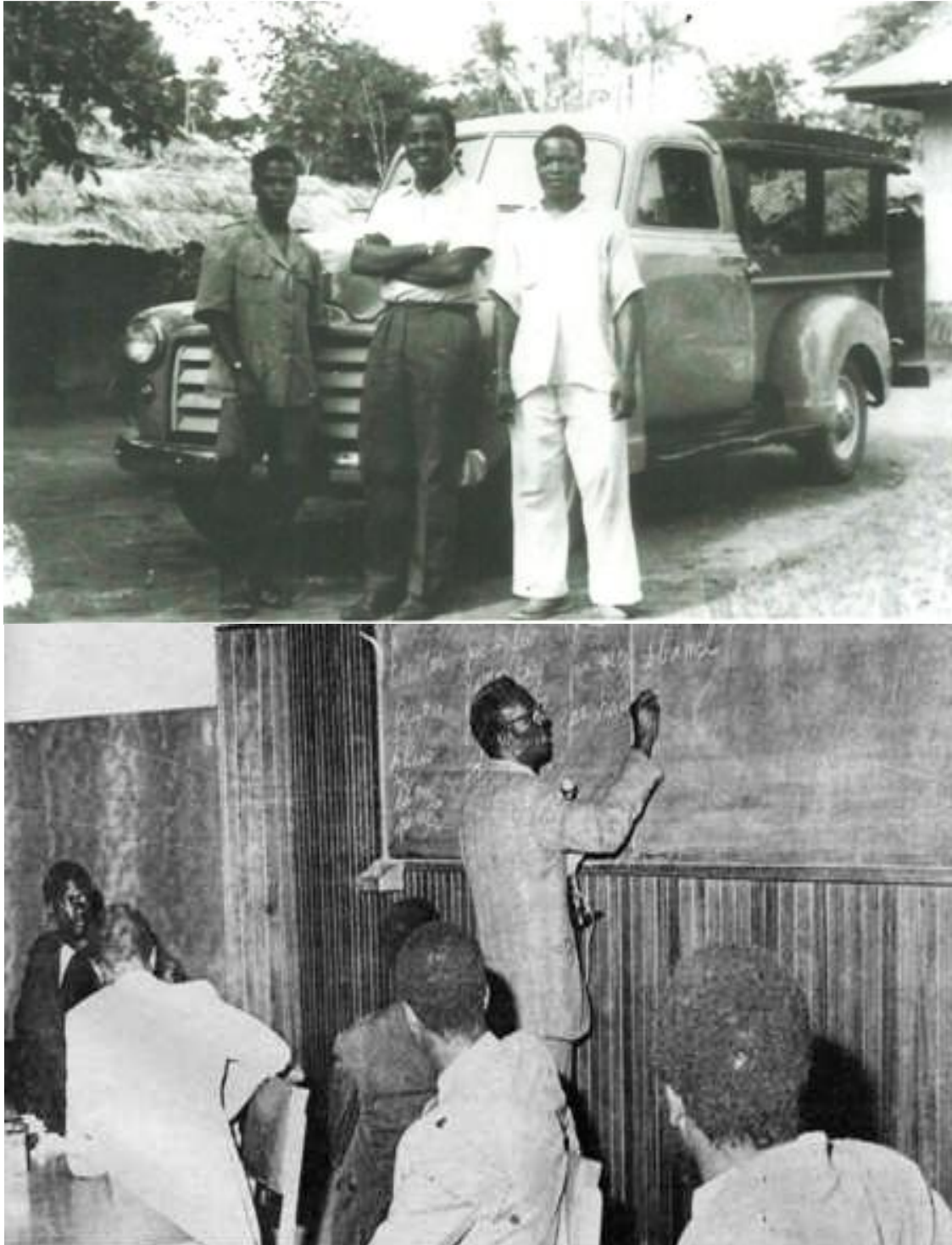
UNESCO, diante da ineficiência desse organismo internacional para interferir no conflito que gerou milhões de mortes entre os igbo.

Creio que esta dissertação possa interessar ao número cada vez maior de pessoas (estudantes, ativistas, trabalhadores/as, etc.) que procuram aprender sobre História da África em nossos dias; como também, aos historiadores e historiadoras em geral cuja utopia seja um conhecimento histórico descolonizado. Sobre esse último aspecto, a questão que conduziu nossa pesquisa foi inspirada no livro “La poscolonialidad explicada a los niños” escrito pelo autor colombiano Santiago Castro-Gómez (2005)⁸. Foi a partir dessa obra que tive contato com uma história do discurso anticolonial, mesmo que esquemática. No panorama apresentado nesse livro, o colonialismo aparece em um primeiro momento no bojo da crítica ao capitalismo, depois como um aspecto central da crítica a modernidade: uma mudança que fez com que o colonialismo passasse de *explanandum* a *explanans*. De fato, três grandes perspectivas críticas são avançadas, quais sejam: o marxismo, o pós-colonialismo anglo-saxão e o pós-colonialismo latino-americano ou a partir de autores-modelos, Marx e Engels, Edward Said e Aníbal Quijano. Esses são os discursos que historicamente articularam, nas palavras de Castro-Gomes: “el problema del colonialismo” (marxismo) e em seguida “el colonialismo como ‘problema’” (pós-colonialismo anglo-saxão e o pós-colonialismo latino-americano) (2005, p. 12). Nossa pretensão foi estudar esse problema desde a perspectiva da história da historiografia africana.

Ibadan in December 1966 and returned to Eastern Nigeria, where he served as vice chancellor of the University of Biafra for a brief period. When the war broke out Dike was appointed by Ojukwu to be a roving ambassador for Biafra. He and other roving ambassadors⁴ traveled extensively throughout the world, speaking on behalf of the secessionist republic. Dike was particularly effective in this role, and his appearances attracted vigorous media attention. I remember reading several articles in the Washington Post following his appearance at the National Press Club. One article in particular, called ‘Biafra Explains Its Case’ and published on April 13, 1969, was especially influential”. Destribalizado (detrribalized) será um termo que retomarei a seguir em outro contexto, Veja: Capítulo III.

⁸Nele se tenta identificar e qualificar a especificidade do que é chamado de “programa de investigación modernidad/colonialidad” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 10) – uma perspectiva pós-colonial que começou a se formar entre alguns estudiosos dos estudos culturais latino-americanos por volta da década de 1990.

Figura 1 Dike e Diop



Detalhe: na primeira foto Dike em um trabalho de campo entre dois auxiliares; na segunda.

Diop escreve no quadro-negro, ambas tiradas por volta da década de 1950

1.0- Introdução

Neste capítulo, objetivo responder o porquê de determinadas orientações na produção deste trabalho: a ênfase na diversidade, o recorte regional, o trabalho com aspectos da trajetória sócio-espacial dos autores e o conceito de perspectiva africana na análise das obras. Nosso ponto de partida é a literatura em língua portuguesa sobre a historiografia africana e a história intelectual negro-africana de forma geral.

1.1 - Historiografia africana ou africanista?

De forma propedêutica, começo pela aporia apresentada por Paulin J. Hountondji (2010) sobre os Estudos Africanos em um artigo do livro “Epistemologias do Sul”. Em termos semânticos, a expressão “estudos africanos” apresenta uma ambiguidade: refere-se, ela, aos estudos feitos *por* africanos ou aos estudos feitos *sobre* africanos? (Ibid., p. 133). Talvez se introduzido o termo “africanismo”, a ambiguidade se dissolva: uma vez que, por exemplo, seria difícil confundir brasilianistas e intelectuais brasileiros (os primeiros são tomados como estrangeiros que estudam o Brasil, enquanto os últimos são intelectuais nascido neste país), assim também seria difícil confundir africanistas e intelectuais africanos. Embora, de início, essa distinção referente ao sujeito que produz conhecimento sobre a África pareça um truísmo: ela está diretamente vinculada às relações sociais que condicionam a produção e reprodução de conhecimento *no* Continente (o cerne da aporia).

Com efeito, Hountondji tece o seguinte comentário a respeito da pesquisa na África:

A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora da África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas acadêmicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Nesse sentido, a nossa atividade científica é *extravertida*, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas. O uso exclusivo de línguas européias como veículo de expressão científica reforça esta alienação. A maior parte dos nossos compatriotas vê-se *de facto* excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa pesquisa, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas. A pequena minoria que as entende, porém, sabe que não é o primeiro destinatário, mas apenas, se tanto, testemunhas ocasionais de um discurso científico primacialmente destinado a outros. Falando sem rodeios, há que dizer que os acadêmicos africanos têm participado, até

agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros acadêmicos africanos (Ibid, p. 140). (Grifos do autor).

Essas afirmações vêm perdendo sua força descritiva nos últimos tempos – confessa o próprio Hountodji (Idem). Outro filósofo, Kwame Anthony Appiah (1997), debruçou-se sobre essa problemática e chegou a ponderações semelhantes. Agora, em uma análise feita sobre obra do literato nigeriano Wole Soyinka (1934-), aí considerado “um escritor africano arquetípico”, afirma-se:

Fica claro que os ensaios de Soyinka não são particularmente dirigidos para um público africano (...). Algumas referências a Peter Brook e Brecht, Robbe-Grillet e Lorca tencionam ajudar a situar o leitor ocidental. De fato, a introdução de Lorca vem adornada pela observação de que está ali “para facilitar a referência”. E isso fica claro pela maneira como o primeiro capítulo (sobre a teologia iorubana e suas transformações no teatro africano e afro-americano) nos dá inúmeras informações que seria absurdo fornecer a qualquer ioruba, bem como uma certa quantidade delas seria gratuito mencionar a quase qualquer público africano (Ibid, p. 118-119).

A primeira vista, *Trade and Politics e L’Afrique Noire Précolianle* não fogem a essa regra. De fato, em dado momento, Dike cognomina o delta do Níger de *Veneza* do Oeste Africano (DIKE, 1966, p. 19), enquanto Cheikh Anta apresenta Chaka como o Napoleão da África Negra (DIOP, 1987, p. 161). Em ambos os casos, não são atribuições cunhadas pelos próprios historiadores, todavia, por que não se inferir daí, por analogia, a tendência que vem sendo assinalada? *A fortiori*, quando se toma estes autores como pioneiros, é justamente a africanização que está em jogo: estão eles no limiar da produção da história da África. tal como produzida no ocidente, feita por historiadores africanos.

Todavia, extrapolando as observações precedentes temos como uma das implicações que esse processo não instauraria uma ruptura na escrita da história da África e a distinção inicialmente apresentada teria pouco valor. Isto é, não há nenhuma garantia que uma história que conte a trajetória dos primeiros historiadores africanos profissionais treinados no ocidente, por si só, seja relevante para a história da historiografia sobre a África como um todo e, em última instância, seria melhor estudá-los conjuntamente com os historiadores africanistas do período como Basil Davidson, Roland Oliver, John Fage Catherine Coquery-Vidrovitch, Jean Vansina, Philip Curtin, Jean Suret-Canale, etc. Pois, fatores dominados por não-africanos como, por exemplo, a infra-estrutura institucional (universidades, centros de pesquisa, editoras, revistas, etc.) e o contexto linguístico acabam por serem preponderantes para determinar as circunstâncias nas quais essas obras foram escritas.

Essas reflexões de Hountodji e Appiah ensinam a não assumir a distinção

entre historiadores africanistas e historiadores africanos como dada, devido ascendência dos Estudos Africanos como um empreendimento eminentemente estrangeiro. E isso é um convite para compreender os significados da africanização, ou melhor, os significados de tornar africana a historiografia sobre a África, além do valor simbólico da presença de historiadores africanos entre aqueles que a produz.

1.2 - Da africanização

Carlos Lopes (1995)⁹ em um artigo intitulado “A Pirâmide Invertida: Historiografia africana feita *por africanos*” (grifo nosso) apresenta três grandes historicidades dominantes ao longo da história da historiografia sobre a África, a saber, a *inferioridade africana*, a *superioridade africana* e as *historicidades complexas*. Essas correspondem a três períodos históricos: da instalação do comércio transatlântico até a descolonização da África (inferioridade africana); da descolonização até o fim da Guerra Fria (superioridade africana) e desde o fim da Guerra Fria (historicidades complexas). É claro que existem subdivisões nas quais nuances podem ser notadas no interior desses grandes períodos. Encontrei no artigo as seguintes: a) a partir do último quartel do século XIX (onde teve lugar a colonização formal da África por parte dos europeus), onde começa a existir uma maior sistematização do africanismo; b) nos anos 1930 e, sobretudo nos anos 1940 até a década de 1960, com as primeiras gerações de intelectuais africanos formados em academias ocidentais, as lutas pela libertação nacional, e em seguida as independências, no qual se desenvolve uma reforma da historiografia da África; c) daí até o fim da Guerra Fria, período em que muitos desses intelectuais começam a ocupar cargos públicos nos novos estados africanos, tem-se as gerações de intelectuais formados nas universidades locais e se inicia as “escolas de nacionalismo histórico” e “as correntes de pessimismo radical” (Ibid., p. 8). Seja como for, todas essas subdivisões que expressam a preocupação do autor a propósito das intersecções da história da historiografia com domínio político, não foram suficientes para gerar outras historicidades tão significativas quanto às três apresentadas no começo deste parágrafo.

“Historicidade” nesse contexto, às vezes parafraseado por “momento de

⁹O conhecimento desse artigo veio da leitura da tese de Anderson Ribeiro Oliva (2007), “Lições sobre África” e um artigo de Selma Pantoja (s/d), “A historiografia africana”, ambos de fácil acesso pela internet.

interpretação histórica”, “escola de pensamento”, ou simplesmente “corrente”; está relacionado ao conceito de *regime de historicidade* cunhado por François Hartog. Tal conceito abarca o modo como uma sociedade se relaciona com o tempo e constrói uma noção de devir¹⁰. Deste modo, as questões sobre o sentido do processo histórico se impõem nessa proposta de história intelectual (ou se quiserem de história da historiografia) tanto quanto as questões que estão relacionadas a abordagens teórico-metodológicas para produção desse conhecimento. Os historiadores são um dos analistas do regime de historicidade no interior da sociedade e não seu arquiteto privilegiado: a historicidade nesse contexto não é disciplinar e pode ser compreendida no interior de outras áreas, como em obras antropológicas, ensaios políticos, obras literárias, etc. Para o caso africano, isso significa perceber o discurso dos seus primeiros historiadores acadêmicos na mesma série das “ideologias de alteridade” como “a *negritude*, *personalidade negra* e a *filosofia africana*, e outras...” (Ibid., p. 21)¹¹.

A historicidade da *inferioridade africana* desenvolveu-se com a constituição do africanismo europeu. Caracterizou-se por rejeitar a relevância do passado da África sul-saariana anterior a presença europeia para a compreensão da evolução da humanidade como um todo, por marginalizar as contribuições do continente em relação à história da formação da “economia-mundo” e por pressupor a impossibilidade de criatividade ou originalidade artística e também intelectual entre povos africanos. Por isso, a historiografia que participa de tal historicidade tende a explicações exógenas sobre os processos históricos que pudessem vir a ter lugar em África.

De acordo com Lopes (1995), a *inferioridade africana* já teria raízes no século XV, quando do direito dado aos reis de Portugal (pelas bulas papais *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*) de “despojar e escravizar eternamente os maometanos, pagãos e povos pretos em geral” (Ibid., p. 22). O que em seguida, legitimou a intervenção em terras não cristianizadas, uma vez não reconhecidos direitos políticos ou de propriedade aos autóctones. Com a missão civilizadora e a dominação colonial, houve a formalização da suposta alteridade indígena e a tendência de “dicotomizar a sociedade africana: tradicional versus moderno, oral versus escrito, direito consuetudinário versus administração, subsistência versus produtividade,

¹⁰A referência a Hartog decorre de um artigo, *An End and a Beginning*, publicado em 1994 que consta na bibliografia de Lopes (1995), foi à leitura dele que possibilitou a conceitualização a cima, de modo que o seu limite (da conceitualização) deveria ser avaliado sob essas condições.

¹¹Pode-se dizer que Lopes opera uma junção do regime de historicidade de Hartog e o conceito de gnose de V. Y. Mudimbe (2013).

segmentarismo versus centralismo” (Ibid., p. 26) e o predomínio da Etnologia em detrimento da História.

É em oposição a esse *status quo*, que surgirá a historicidade da *corrente da pirâmide invertida* ou da *superioridade africana*. Com efeito, encontra-se aí um combate pela história:

De fato, a História da África não será escrita somente pelo frenesi da reivindicação. Menos ainda, será deixada aos diletantes sem simpatia, desejosos simplesmente pela melhor hipótese para entreter o ócio dos cidadãos de seus países superdesenvolvidos... Não vamos dar conselhos sobre como interpretar a história de Cromwell, Napoleão, Washington ou qualquer outro. Não ouviremos vocês nos indicando a maneira sobre como interpretar a história de Sundryata (TRADUÇÃO NOSSA)¹².

Esse manifesto foi acompanhado por uma reforma historiográfica cuja tendência, afirma Lopes, era de oferecer “argumentos favoráveis à superioridade africana”: a partir da ênfase na história pré-colonial e na procura por demonstrar a ascendência civilizadora do Egito Antigo, aqui tomado como uma “civilização negra por excelência”, sobre a Grécia Antiga (Idem).

Joseph Ki-Zerbo, autor desse manifesto, é considerado o ícone da geração de historiadores da *corrente da pirâmide invertida*, a geração pioneira de historiadores africanos de formação ocidental. De fato, o historiador burquinense escreveu a primeira obra feita por um africano cujo escopo era uma história geral da África negra e também foi o editor do primeiro volume da HGA-UNESCO. Essa última refletiria a perspectiva dessa geração de historiadores africanos. Nas palavras de Lopes:

Uma História Geral da África apresentada como “uma verdadeira História” do continente, objectiva, honesta, rigorosa, antidogmática e, sobretudo, com uma visão endógena, *confirmada pela presença importante de Africanos na sua elaboração* [...]. Embora seja difícil negar que todas essas ambições foram aliviadas pela amplitude da obra, a verdade é que os volumes da UNESCO dificilmente podem ser associados a uma historicidade *endógena*, porque esta é *plural* e não pode por isso ser redutível a um único prisma de leitura [...]. O colossal esforço da “História Geral de África” acabou por simbolizar ao mesmo tempo a afirmação da pirâmide invertida e o nascimento dos novos Historiadores Africanos, libertos da necessidade de impor uma superioridade Africana. Em suma, o pêndulo da História ajustando-se uma vez mais (Ibid., p. 26-27, grifo nosso)

Além de procurar argumentos favoráveis à superioridade africana em sua

¹² L’Histoire de l’Afrique ne sera pas écrite réellement par des frenétiques de la revendication. Elle le sera moins par des dillétantes sans sympathie, désireux simplement dans la meilleure hypothèse de meubler leurs loisirs de citoyens de pays surdéveloppés... Nous ne vous donons [donnons] pas de conseils sur la façon d’interpréter l’histoire de Cromwell, de Napoléon, de Washington ou de quiconque. Nous n’entendons pas que vous nous en donniez sur la façon d’interpréter l’histoire de Sundryata (KI-ZERBO apud Ibid., p. 26).

reconstrução do passado, essa corrente historiográfica postulava uma história de âmbito continental e uma visão endógena.

Apresentada essas duas historicidades pode-se agora introduzir a principal tese defendida por Lopes. Com efeito, uma perspectiva histórica que estabelece ou sugere uma inferioridade ou a superioridade de uma sociedade em relação à outra pressupõe uma concepção de tempo na qual é possível tal hierarquização. O que está em jogo aqui é a existência de um referencial absoluto para uma valorização comparativa ao longo do tempo e a possibilidade da alteridade temporal de sociedades que de fato são contemporâneas: sob essas condições, pode-se dizer que uma sociedade é (foi) mais atrasada ou mais evoluída e/ou moderna do que a outra. Trata-se da metáfora da pirâmide, na qual estão inscritas a historicidade da inferioridade africana e a historicidade da superioridade africana, que por seu turno inverteu a lógica de sua antecessora. Lopes escreve:

A historiografia colonial (...) ao que hoje alguns chamam de escola “imperial”, [está] associada ao regime de historicidade descrito por Tocqueville. Ao erigir-se como *resposta ideológica à escola imperial*, os Historiadores Africanos da pirâmide invertida acabaram por perfilhar a mesma paternidade metodológica. As escolas de nacionalismo histórico de Dar-es-Salaam, Makerere, Nairobi, Ibadan e Dakar seguiram essas mesmas pegadas (Ibid, p. 28, grifo meu).

A crise de orientação causada pelo advento da Revolução Francesa inaugura uma nova forma de escrita histórica e uma nova relação com o tempo (Veja: HARTOG, 1994, p. 10) que por sua vez, enseja as ideologias que deram suporte ao imperialismo; assim também, os problemas gerados pelo colonialismo nas sociedades africanas impeliram os intelectuais indígenas à busca por uma nova concepção de história da África. Alexis de Tocqueville (a rigor o regime de historicidade o qual ele representa) e os historiadores africanos considerados de maneira geral compartilhariam a mesma historicidade.

Sobre a terceira fase, as *historicidades complexas*, é a atualidade, uma “nova escola” de historiadores africanos livres “das cargas emocionais” da geração anterior (Ibid., p. 28). Uma historicidade em formação que deve buscar¹³ o debate transnacional entre os intelectuais africanos e o enfrentamento do fim da história (anunciada por Fukuyama no conhecido ensaio *The End of History?* de 1989 e compreendida por Hartog como a crise do regime moderno de historicidade) com o objetivo de reinterpretar a história da África.

Em resumo, a ênfase de Lopes sobre africanização da historiografia da África

¹³ Lopes agora afirma enquanto um dos atores no interior desse novo período da historiografia africana e em concordância com o historiador congolês Elikia M’Bokolo.

recai sobre a continuidade. De fato, a instituição de uma historiografia africana (e a diferença com a sua correlata africanista) é considerada como reivindicação de uma hegemonia da escrita da história da África no interior de um discurso anticolonial. Pautada na prerrogativa de uma pretensa visão endógena e na investidura de parâmetros científicos, foi compreendida como uma *resposta ideológica à escola imperial*. Tanto porque postulava uma só identidade continental e racial, quanto porque sua reconstrução do passado servia para fornecer *argumentos favoráveis à superioridade africana*. Quase quarenta anos depois da independência de Gana (Lopes escreve em 1995), a geração de Ki-Zerbo e sua obra prima, a HGA-UNESCO, enfrentavam seu outono, tal como todas as grandes narrativas que se supunha ruir com a queda do muro de Berlim.

Em uma direção oposta à anterior está o trabalho de Muryatan Santana Barbosa (2012), um estudo detalhado sobre a HGA-UNESCO que procura atualizar seus ganhos, embora não seja uma obra propriamente de história da historiografia possui implicações para esta última. Vamos primeiro ater às informações valiosas sobre as circunstâncias dessa obra (a HGA-UNESCO) que diz respeito aos autores analisados nesta dissertação e em seguida, introduzir a noção de perspectiva africana que aqui será extensamente utilizada.

Barbosa noticia que Dike e Cheikh Anta estiveram envolvidos na história institucional da produção da HGA-UNESCO¹⁴. Essa obra patrocinada pela UNESCO tem a publicação dos primeiros volumes originalmente em 1981, todavia advém de um projeto de cooperação científica internacional iniciado a partir 1965. Seu primeiro Diretor Científico foi Dike que indicou os primeiros organizadores do projeto. Em 1966 em Abjdjan, Costa do Marfim, houve a primeira reunião dos especialistas indicados: formando-se a Comissão de Especialistas para uma História Geral da África. O historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo foi o vice-presidente dessa comissão, enquanto Dike foi seu presidente. Em 1970, na ocasião da reunião em Addis Abeba, Etiópia, Cheikh Anta entra no projeto e no ano seguinte é eleito vice-presidente do Conselho Executivo responsável pela coordenação dos trabalhos.

É em Addis Abeba que os pesquisadores africanos garantiram oficialmente a maioria nos dois órgãos estruturados para a realização do projeto (o Conselho Executivo e o Comitê Científico Internacional) e enunciaram, segundo Barbosa, uma das “características fundamentais” da obra, isto é, ser “uma ‘história internalista da África’” (Ibid., p. 25). Deste

¹⁴ O trabalho de BARBOSA (2012, p.20-47) traz uma detalha narrativa da história institucional do projeto entre 1964 e 1982.

modo, na trajetória da produção da HGA-UNESCO a autoria (marcada pela predominância de africanos) e a perspectiva orientadora da obra (caracterizada pelo internalismo) andaram juntas. No entanto, essa concomitância não significou uma identidade. Nas palavras de Barbosa:

(...) como pode-se observar da história institucional do projeto, o fato da maioria dos autores da *HGA-UNESCO* serem africanos, pode ter garantido a posição hegemônica dos internalistas sobre externalistas, mas não traz uma identificação de posições historiográficas e local de origem do autor. Ou seja, ser um intelectual africano não determina ser internalista. O mesmo pode ser dito em relação aos especialistas não africanos e o “externalismo”. Esta é uma das razões principais do porque não se deve confundir a “perspectiva africana” aqui trabalhada, como o ponto de vista dos intelectuais africanos, sobre a sua própria história (Ibid., p. 48).

Essa distinção entre ponto de vista africano e perspectiva africana marca a diferença nas análises de Lopes e Barbosa. Enquanto o ponto de vista africano é uma construção ideológica sobre uma “ser africano”, a perspectiva africana é compreendida como uma escrita da história da África assegurada por um rigoroso controle teórico-metodológico.

A partir da análise da obra HGA-UNESCO, Barbosa identificou três abordagens: o *difusionismo intra-africano*; o *sujeito africano* e o *regionalismo*. Além de posições externalistas cuja explicação da história do Continente enfatiza fatores externos, assim fugindo do enquadramento da perspectiva africana.

O *difusionismo intra-africano* é “um tipo de internalismo” que “ênfatisa o caráter de difusão dos principais fatores explicativos para a história da África, para além do âmbito regional ou local” (Ibid., p. 55). Ele tem como “temas típicos”: “os movimentos populacionais, as influências culturais e o comércio intercontinental” (Idem). E periodiza a história geral da África da seguinte forma: “a) Neolítico e África Antiga (10 mil a. C. – VII d. C.); b) África entre os séculos VII-XVI; c) África entre os séculos XVI e 1880; d) África entre 1880 e fins do século XX” (Idem). É bom lembrar que a HGA-UNESCO como um todo tem a seguinte periodização: pré-história da África (volume 1); África antiga (volume 2); África do século VII ao XI (volume 3); África do século XVI ao XVIII (volume 4); África do século XVI ao XVIII (volume 5); África do século XIX à década de 1880 (volume 6); África sob dominação colonial, 1880-1935 (volume 7) e África desde 1935 (volume 8).

Já a abordagem do *sujeito africano* é definida por “destacar a ação deste sujeito africano, da forma mais ampla possível” (Ibid., p. 94). Nesse sentido, os momentos históricos aí privilegiados são: “a) A experiência egípcio-faraônica (3.200 a.C. a 332 a. C.); b) A civilização berbere-magrebiana (146 a. C. ao século XIV); c) As diásporas africanas (VII –

XX); d) As resistências africanas contra o colonialismo e o neocolonialismo europeu (XIX e XX)” (Ibid., p. 94-95).

Finalmente, tem-se o *regionalismo*, definido como um “tipo de internalismo em que os autores enfatizam análises holísticas de longa duração em âmbito local” (Ibid., 131). Seus objetos “primordiais” são os seguintes: “o ecossistema local (ou regional) e os desenvolvimentos (ou adaptações) técnicas e sociopolíticas das populações africanas” (Idem). A periodização é a mais simples se comparada às anteriores: corresponde ao Neolítico e África Antiga e a África entre séculos XII e XIX (Idem).

Barbosa considera que o conjunto dessas abordagens, isto é, a perspectiva africana na HGA-UNESCO está entre:

[...] as possíveis alternativas contemporâneas ao paradigma eurocêntrico dentro das ciências em geral e da ciência histórica em particular. Neste contexto, ela se coloca como uma alternativa tanto ao relativismo, quanto ao positivismo dominantes na teoria social contemporânea. A final, a perspectiva africana é um híbrido, um perspectivismo científico. Ela parte de um pressuposto científico que envolve empiria, interdisciplinaridade e uma visão materialista e realista da História. Todavia, acredita que este ideal regulador deve ser guiado por um método internalista trazido por seu próprio objeto de estudo. Neste caso, a história da África (Ibid., p. 173).

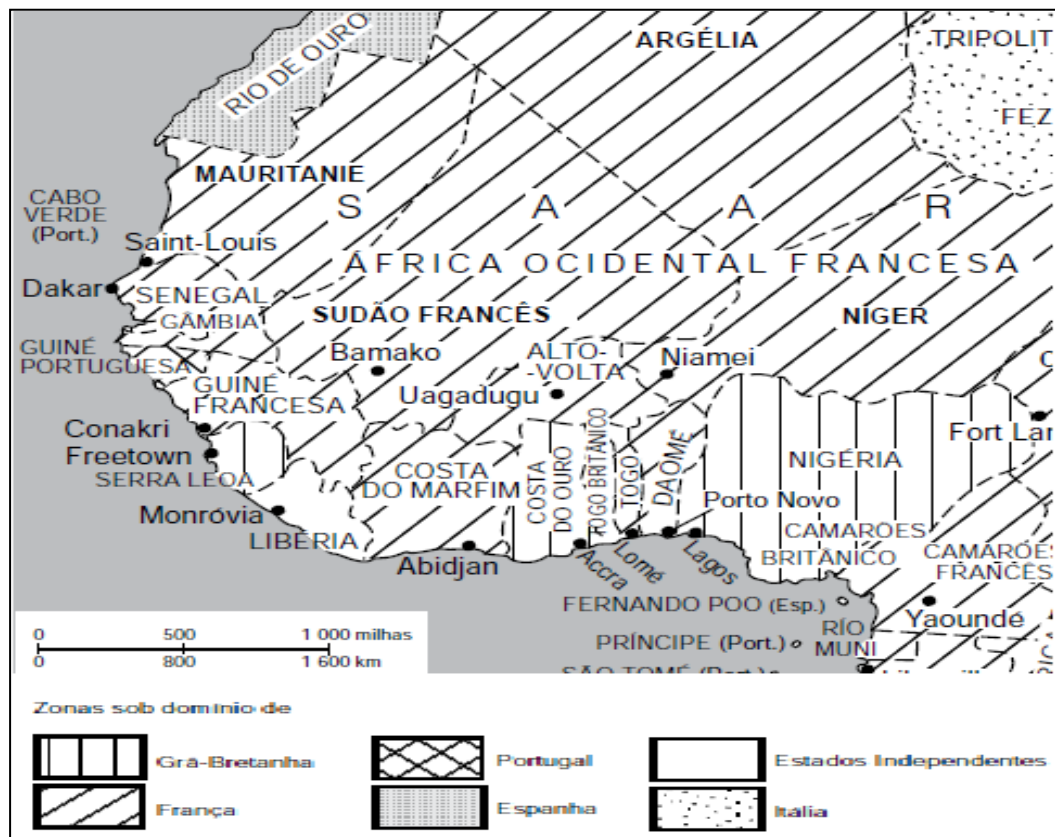
A geração de historiadores africanos que ajudaram a escrever a HGA-UNESCO, dentre eles os que defenderam a perspectiva africana no decorrer do projeto, está, agora, associada à superação do *paradigma eurocêntrico*. Nesse sentido, enquanto Lopes enfoca a continuidade entre o que ele chama de historicidade da inferioridade africana e a historicidade da superioridade africana, Barbos vê aí uma ruptura.

Optamos, nesta dissertação, por não entrar no mérito sobre se a historiografia africana é a outra face da mesma moeda do discurso histórico eurocêntrico ou se pelo contrário é uma alternativa a este discurso. Preferimos estudar a as tensões dentro desta historiografia, ou a diversidade de suas formas. Sobre esse aspecto, Lopes apenas alude sutilmente uma distinção entre uma historiografia da independência e outra formada nas escolas nacionais. Todavia essa diferença seria de cunho institucional. Já Barbosa apresenta distinções de abordagens no sentido epistêmico. Todavia, ao apresentar as circunstâncias históricas da produção desse conhecimento, refere-se às grandes correntes do período, os Annales e a(s) historiografia(s) marxistas. Mas como veremos nos próximos capítulos, pelo menos, no que diz respeito ao nosso recorte, é mais apropriado compreender a historiografia africana no âmbito da cultura histórica local. Para tanto, nos apoiamos aqui em dois trabalhos

que procuram ir nessa direção: o do historiador senegalês Boubacar Barry e da historiadora holandesa, Lidwien Kapteijns. O primeiro trabalho é uma história da historiografia da Senegâmbia e o outro um estudo de caso sobre a historiografia nigeriana. Foram essas obras que possibilitaram que esta dissertação saísse do escopo geral de uma África (negra) para espaços culturais mais específicos. Diferenciamos-nos dessa proposta na medida em que introduzimos aspectos sócio-espaciais dos autores e as especificidades de suas obras.

CAPÍTULO II – A historiografia africana da década 1950: uma contextualização

Figura 3 – Mapa da África Ocidental em 1935



Adaptado de MAZRUI, 2010, p. 5.

2.0 - Introdução

Tendo em vista, as preocupações do capítulo anterior, procuro esboçar a conveniência de uma proposta que dê ênfase ao que chamamos de interações *horizontais* para o estudo da historiografia africana da década de 1950. Deste modo, este capítulo pode ser dividido em dois momentos: o anterior a década de 1940 na África e o do pós-guerra na Europa. Na primeira parte, investigo as interseções entre as culturas históricas locais e *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*. No segundo momento, trata-se de mostrar a maior proximidade desses historiadores com os intelectuais da diáspora, ou melhor, do Atlântico negro, que frequentavam a metrópole colonial do que com os aí recém formados Centros de Estudos Africanos.

2.1 - Uma história “clandestina” contraposta a uma história profissional

O historiador inglês John E. Flint¹⁵ em resenha feita sobre o livro *Trade and Politics*, procura defender a excepcionalidade dessa obra. Em suas palavras:

O livro de Dike deve ser digno de nota não somente por ser uma peça historiográfica de primeira ordem, mas também por ser um acontecimento em si. Houve africanos antes de Dike que registraram sua história, tanto oralmente quanto por escrito, porém, eram cantores de loas tribais [*tribal praise-singers*], ou antiquários, ou propagandistas. Dike é o primeiro de um grupo em rápida expansão de jovens do oeste africano que estão a trazer à história da África intuição e entendimento desde sua própria cultura, e, independência nascida do domínio de técnicas de pesquisa europeias. De fato, eles são um grupo respeitado em seus países, valorizados por sua imparcialidade e discernimento. O próprio Dike mostrou-se a altura de se tornar professor de História e vice-diretor do *University College* de Ibadã, Nigéria. Ele praticamente criou os arquivos nigerianos. Ajudou a persuadir políticos para liberação de grandes quantias destinadas à pesquisa da história do Benin e país Yorubá. E inclusive tem sido convocado para arbitrar nos conflitos industriais [*industrial disputes*] complicados por rivalidades intertribais (TRADUÇÃO MINHA).¹⁶

¹⁵Flint escreveu uma resenha em 1956 sobre *Trades and Politics* para o décimo número da revista *Past and Present* intitulada *African Historians and African History*. Em 1959 publicou outra resenha sobre o mesmo livro, agora para a revista *The Journal of Economic History*. Tive acesso à parte inicial da primeira e integral da última resenha e posso afirmar que em linhas gerais são textos idênticos.

¹⁶Dike's book must be noticed not only as a first-rate piece of historical writing, but as an event in itself. There have been Africans before Dike who have set their history down, both orally and in writing, but they have been tribal praise-singers, or antiquarians, or propagandists. Dike is the first of a rapidly expanding group of young West Africans who are bringing to African history insight and understanding from their own culture, and detachment born of mastery of European techniques of research. As such they are a respected group in their

De início é importante observar que há um desconhecimento da obra de 1954 de Cheikh Anta, talvez porque a egiptologia não estava no horizonte do que os historiadores britânicos entendiam como historiografia africana e/ou porque no mundo acadêmico a obra do intelectual senegalês tenha sido estigmatizada ao longo dos anos (sobre esse último aspecto Veja: DIOUF; MBODJ, 1992). Ou ainda, o fato de serem contextos linguísticos distintos.

Em todo caso, Flint destaca as vantagens que o advento desse novo profissional da história no contexto africano resultou, quais sejam: o melhor de dois mundos foi arregimentado na teoria e prática desse especialista, que por sua vez passou a atuar no desenvolvimento de instituições para pesquisa e preservação da memória, como também na resolução de conflitos no seu próprio país. Nesse último aspecto, ele, investido de técnicas estrangeiras poderia manter-se a boa distância dos sistemas de lealdades locais. Pois, para seguir a opinião de outro analista da obra, Dike possuía uma abordagem não partidária (HORTO, 1956, p. III).

Neste cenário, história da África, tanto oral quanto escrita, anterior ao advento do historiador profissional está vinculada a funções que não servem mais a nova sociedade, o que explicaria a rápida ascensão desse último. É difícil não perceber aí, uma apologia a história acadêmica. A despeito disso, essa análise permite que se introduza a questão das funções da história na África pré-década de 1950. Sobre isso, procuro fazer uma abordagem que considera a “África” nos diversos espaços da trajetória e obra dos historiadores aqui estudados, o que delimita mais ou menos o alcance desta dissertação as fronteiras da África Ocidental tal como vista na figura 2 no capítulo anterior. De maneira geral, nas seções seguintes tentaremos nos distanciar da tese de Flint sobre os outros saberes históricos não acadêmicos no Continente na medida em que procurarei as continuidades mais do que as rupturas entre esses e a história acadêmica.

countries, valued for their impartiality and judgment. Dike himself has rapidly risen to become Professor of History and Vice Principal of the University College at Ibadan, Nigeria. He virtually created the Nigerian archives. He has been instrumental in persuading the politicians to grant vast sums for research into the histories of Benin and Yorubaland. And he has even been called upon to arbitrate in industrial disputes complicated by intertribal rivalries (FLINT, 1959, p. 439-440).

2. 2 - A ideia de pertencimento e o uso das fontes internas em *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*

Dike¹⁷ nasceu em 1917 em Awka no sudoeste da Nigéria, em uma região de predominância igbo. Enquanto, Cheikh Anta,¹⁸ oriundo de uma comunidade de predominância wolof na região de Diourbel no Senegal, é de 1923.

No período pré-colonial, Awka era uma região do país Ibo (na HGA-UNESCO, Igbo) no interior tribal (DIKE, op. cit., p. 44), em situação periférica aos estados do Delta, possui uma importância menor no escopo de *Trade and Politics*. O mesmo pode ser dito em relação à Diourbel que corresponde em geral ao reino walaf (na HGA-UNESCO, wolof) do Baol (na HGA-UNESCO, Bawol) (DIOP, op. cit., p. 119) que possui uma história quase sempre associada a outro reino wolof, o Cayor (Ibid., p. 50 e 52): e embora esse último seja um Estado muito referenciado no livro de Cheikh Anta, não pode ser considerado o centro de suas análises. Isso aponta para a promoção de outro tipo de pertencimento, se se assume que estes historiadores escreveram uma história sobre o seu lugar de origem (Veja: capítulo III).

Não obstante, existe outro aspecto que quero destacar a respeito da origem desses historiadores: a relação que isso pode ter com o uso de fontes internas. As fontes orais em Dike e Cheikh Anta têm um espaço tímido se comparado ao espaço das fontes escritas nessas obras. Isso era de se esperar uma vez que *De la Tradition Orale* de Vasina ainda não existia (KAPTEIJNS, 1977, p. 39) e os projetos de coleta de fontes orais de maior amplitude eram incipientes¹⁹. Apesar disso, é possível notar em ambos um esforço de dar os primeiros passos nessa direção.

¹⁷As informações bibliográficas de Dike foram encontradas em CHUKU, 2013, p.137-139.

¹⁸As informações bibliográficas de Cheikh Anta foram retiradas de LUMUMBA-KASONGO, 2008. Em língua portuguesa encontrei um artigo no número 44 da revista Ciências e Letras (Porto Alegre) de 2008 de autoria de Alfa Oumar Diallo e Cíntia Santos Diallo intitulado Vida e obra de Cheikh Anta Diop. Existe aí, uma extensa citação, ou melhor, tradução, de um artigo escrito para o jornal *Le monde diplomatique* por Fabrice Herviey Wané de janeiro de 1998, chamado *Cheikh Anta Diop, restaurateur de la conscience noire*. O problema é que não há nenhuma referência no texto ou na bibliografia do primeiro artigo em relação a esse último.

¹⁹Nesse sentido foi de grande importância, o processo de coleta de fontes em África, em especial as fontes orais, organizados no projeto da HGA, entre os anos de 1965 e 1969 (BARBOSA, 2012, p. 22).

Dike geralmente quando usa o recurso de fontes orais introduz a expressão *according to tradition* (de acordo com a tradição) ou *tribal memory* (memória tribal), ou algo muito semelhante, como *people say* (o povo diz), e raramente faz uso do relato individual. Trata-se de dizeres: como *Ndi Igbo Echi Eze*²⁰, ou *Ndi Mili Nnu*²¹, ou *Joo Joo na Ubani*²², e muitos outros, enunciados pelos igbos tribais. Enquanto em Cheikh Anta ocorre o inverso, o autor agrega testemunhas a suas explicações históricas: como é o caso de Fodé Diouf, chefe tradicional da província do Saloum²³ e de Cheikh M'Backé, um importante intelectual mouridista²⁴. Acresce-se a essa lista, os próprios parentes do autor, como sua bisavó maternal (a qual o autor não cita nome)²⁵, e seu tio, Mahtar Lô²⁶.

O que está em jogo na produção dessas fontes? Retomando Flint: isso representaria algo próprio do *insider*, ou seja, o que ele traz de *intuição e entendimento de sua própria cultura (insight and understanding from their own culture)*. É o que permitiria o acesso a essas fontes, uma vez que ele não precisaria de intermediários. Creio que nesse aspecto, se encontra o contexto da descoberta relacionado ao ponto de vista e perspectiva africano. Não obstante, deve-se constatar que essas fontes não estão mortas, à guisa de vestígios de algo que passou, mas constituem tradições históricas vivas. Assim, é lícito partir, a esta altura, para a análise do espaço em que essas se formaram.

2. 3 - As diferentes tradições históricas na África Ocidental

Boubacar Barry (2000) analisa as tradições históricas da Senegâmbia²⁷ como discursos de legitimação do poder. Os *griots* e os *escritores-do-tarikhs* são compreendidos no

²⁰ “Os igbo não tem reis”, um provérbio (Ibid., p. 26).

²¹ “O povo da água salgada”, como eram conhecidos os ijo (Ibid., p. 30).

²² Como ficou conhecido Jaja de Opobo, para esse significado consulte o próximo capítulo.

²³ Que discorre sobre a dinastia cayoriana, Guelewar (na HGA, gelowar), e sua origem mandinga (Ibid., p. 62).

²⁴ Que discorre sobre a educação nas escolas corânicas (Ibid., p. 172).

²⁵ Consultada sobre a guerra entre Ahmadou Cheikhou e Lat Dior (Ibid., p. 160).

²⁶ Citado por ter um pensamento que ilustra o *cheferism* (Ibid., p. 162).

²⁷ Aqui não se trata da Confederação da Senegâmbia, mas uma região histórico-geográfica cujo território cobre a bacia do rio Senegal e Gâmbia e compreende as áreas do país do Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e partes da Mauritânia, Mali e Guiné Conakry (BARRY, 1988, p. xi.).

interior de processos históricos, a saber, a constituição do império Mali, o aparecimento do regime Denaynke e o estabelecimento de teocracias mulçumanas na região. Nesse contexto, o conhecimento sobre o passado não pode ser separado do mito que por sua vez cerca a personagem do “pai fundador”: o arquétipo que dá sentido a organização social (Ibid., p. 8). Como é caso de Sundjata Keita para o Império Mali, os príncipes ceddo do Fuuta Toro, e os diversos marabutos pós-revolução muçulmana. Três narrativas-modelos são aí observadas: “a epopéia de Sundjata”, “o herói que simboliza o povo ao nascer e seu destino até a morte” (Ibid., p. 09); a “gesta ceddo”, o senhor da guerra que “simboliza [...] a violência na vida política” (Ibid., p. 10) e os “tarikhs” que lembram “o ascetismo” e “a piedade dos líderes religiosos” mulçumanos (Ibid., p. 12).

Essa importância dada às origens não significa que a tradição não oferece explicações para as mudanças ocorridas depois da fundação dessas estruturas político-sociais: “as grandes rupturas são ideologicamente levadas em conta como tentativa de criação de um novo mito fundador” (Ibid., p. 11). A grande ruptura na Senegâmbia pré-colonial veio com a islamização e o advento de regimes teocráticos baseados na *shari'a* que deu “lugar a diferentes formas de ocultação ou interpretação do passado” (Ibid., p. 11). Nesse contexto, as tradições muçulmanas tenderam a ocultar o passado pagão e a remontar os fundadores de suas teocracias aos companheiros do Profeta (Ibid., p. 13)²⁸. Há a passagem da oralidade para escrita, com os *tarikhs* que são testemunhos diretos acompanhados de respectiva interpretação, e com isso os letrados mulçumanos rompem o monopólio *griots* sobre a história (Ibid., p. 14). Contudo, a tradição oral, e conseqüentemente, os *griots* continuam a ser preponderantes “na maior parte das sociedades senegambianas, que ficaram refratárias à islamização até o século XIX com o movimento de Cheikh Umar Tall” (Idem).

Por outro lado, nas áreas de predomínio igbo no sul da Nigéria, em geral, não existiu a figura do *griots* (HARNEIT-SIEVERS, 2006, p. 20). De fato, as narrativas históricas orais ficavam a cargo dos mais velhos que eram considerados pessoas bem informadas, todavia não possuíam o status “oficial” de especialistas (Idem), como é o caso da citada casta na região histórico-cultural da Senegâmbia. Tais narrativas possuíam uma forma de exposição mítica, discorriam sobre as origens e as migrações, não obstante vinculadas aos eventos mais importantes do passado recente de cada aldeia. Não incluíam, por exemplo, genealogias reais,

²⁸A isso Cheikh Anta dará o nome de “*cheferism*”, que vem de *cherife* e quer dizer descendente do profeta (op. cit., p. 177).

pois, as instituições, as quais estavam ligadas, são geralmente: a família, a linhagem ou o clã, o que dá um caráter de menor profundidade no tempo a essas narrativas (Idem).

A conquista colonial no final do século XIX gerou novas formas de se relacionar com o passado. Há um novo impulso para fixação da tradição oral, que já tinha se iniciado bem antes com a introdução dos *Tarikh* pelos letrados mulçumanos no *Bilad-es-Sudan*. Todavia, o mais importante foi à formação de um novo espaço para história das sociedades africanas nas cidades comerciais da Libéria, Serra Leoa, Costa do Ouro e Baía do Benin (Sul da Nigéria) e posteriormente nas *quatro comunas*, Saint-Louis, Rufisque, Dacar e Gorée na Costa da Guiné (Veja: KAPTEIKNS, 1977, p. 7; BARRY, op. cit., p. 19). É o lugar da história atlântica para usar um termo empregado pelo próprio Dike (op. cit., p. 20).

Nesse contexto, têm-se James Africanus Beale Horton, C. C. Reindof e Samuel Johnson pertencentes à classe média cristianizada âmbito da influência anglófona e, Yoro Diaw e Amadu Duguay Clédor, saídos da escola de reféns²⁹ na África Ocidental Francesa (Veja: figura 3). Esses dois grupos compartilhavam o interesse de conciliar o passado europeu com o passado africano, ao passo que estavam associados a um nacionalismo nascente (KAPTEIKNS, op. cit., p. 7; BARRY, op. cit., p. 18). Com o tempo, operou-se um distanciamento entre a memória dos originários das quatro comunas e um mundo camponês (BARRY, op. cit., p. 20). O mesmo ocorreu com as elites africanas no contexto do enfrentamento ao governo colonial britânico que, centralizadas nas cidades, perderam acesso as fontes orais localizadas no campo e, com isso, sua escrita histórica “se converteu em uma busca das raízes do nacionalismo; e valores foram infundidos em um passado, que quase nunca existira ali”³⁰. Diante dessa cisão, entre uma história atlântica e uma história do mundo camponês na África Ocidental, onde se poderia inscrever a escrita histórica de Cheikh Anta e Dike?

²⁹ Instituição criada pela Administração Colonial francesa para ganhar os “filhos de chefe” para a obra francesa (BARRY, op. cit., p. 15).

³⁰ “became a self-conscious search for the roots of Nationalism; and values were injected into the past which hardly ever existed there” (NWAUBANI, 2000, p.237).

2.4 - O lugar cultural e social do historiador na África

Sabe-se que o avô de Onwuka Dike, Dike Nwancho, foi um comerciante e um dos líderes políticos de Awka que acolheram os primeiros missionários cristãos no final do século XIX no país igbo. Com o estabelecimento da administração europeia, esse se tornou um *warrant chief* (na HGA-UNESCO, “chefe designado”) na região de Onitsha. Já, Cheikh Anta era de uma eminente família, ligada à agricultura de exportação do amendoim, pertencente à confraria (*tariqat*) mulçumana sufi Muridiyya cuja fundação é atribuída ao marabuto, Ahmadou Bamba.

Antes de ir para Europa, Dike estudou nas escolas cristãs, *Dennis Memorial Grammar School* em Onitsha, depois no *Achimota College* na Costa do Ouro (atual Gana) e no *Fourah Bay College* em Serra Leoa. Por sua vez, Cheikh Anta estudou em escolas corânicas da região de Diourbel e em escolas coloniais localizadas em duas das quatro comunas, a saber: os *lycées* de Saint Louis e de Dacar.

Portanto, os dois historiadores em suas respectivas formações tiveram contato tanto com os centros urbanos coloniais, quanto com o interior camponês, sendo o mundo camponês predominante nas fontes internas orais que aparecem em suas obras (Veja: seção 2.2). Talvez em uma tentativa de reconciliar esses dois espaços histórico-culturais. Ademais, creio que o estudo aqui feito, com um enfoque na trajetória confrontado com o recorte espacial e uso de fontes orais nas respectivas obras dos intelectuais considerados, permite vislumbrar a diversidade de tradições históricas na África Ocidental pré-década de 1950. Essa diversidade está inscrita em “múltiplas bases de poder social” (Veja: MBEMBE, 2001, p. 176), o que leva a uma compreensão das tradições históricas africanas para além do binômio moderno/tradicional que está pressuposto em Flint.

2. 5 - Os trabalhos e as instituições

Figura 4 - Cronologia institucional dos Estudos Africanos

1936	É fundado o <i>Institut Français de L'Afrique Noire</i> localizado na capital do território da África Ocidental Francesa (AOF), Dacar (Senegal), sob a direção de Théodore Monod; Raymond Mauny estava entre os seus pesquisadores.
1938	Há a criação, na Universidade de Londres, da <i>School of Oriental and African Studies</i> (a instituição já existia desde 1916, todavia como <i>School of Oriental Studies</i>), o cargo de professor (<i>lecturer</i>) de História da África foi criado só em 1948 e entregue a R. Oliver.
1939	Aparece a revista do IFAN, <i>Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire</i> .
1947	Vem a público o primeiro número da revista <i>Présence Africaine</i> .
1948	Fundação dos <i>Universities Colleges</i> de Ibadan (Nigéria) e da Costa do Ouro.
1949	Transformação do <i>Makerere College</i> de Kampala em <i>Makerere University College</i> (Uganda).
1951	Transformação do <i>Gordon College</i> de Cartum em <i>University College</i> (Sudão)
1954	É fundada a Universidade de Lovanium (República Democrática do Congo).
1957	São fundados o <i>Centre d'études africaines</i> na então <i>École Pratique des Hautes Études de Paris</i> , dirigido por Georges Balandier e nos Estados Unidos, a <i>African Studies Association</i> cujo primeiro presidente foi Melville Herskovits, e a Universidade de Dacar é criada.
1960	Há o estabelecimento das revistas: <i>Journal of African History</i> e <i>Cahiers d'Études Africaines</i> .
1961	Fundação do <i>University College</i> de Dar es Salaam (Tanzânia) e a transformação do <i>Royal Technical College</i> de Nairobi em <i>University College</i> (Quênia) ³¹ .

³¹ Existe uma inconsistência em algumas dessas datas. Sobre o *Institut Français de L'Afrique Noire*: em Fage (2011, p. 20), encontra-se 1938 e no site da instituição a data apresentada para tal acontecimento foi 1936. Foi decidido seguir o que se diz no site da instituição. Isso se fez para todas as outras instituições, por exemplo, em

Em 1944, com auxílio de uma bolsa de estudos, Dike foi realizar sua formação universitária em Aberdeen (Escócia) e em seguida, Londres. Depois de fazer o *Baccalauréat*, em 1946, Cheikh Anta mudou-se para Paris, onde iniciou seus estudos superiores.

Tenho em mãos a reimpressão corrigida de 1966 de *Trade and Politics*, sua publicação original é de dez anos antes na Inglaterra, e, a edição de 1987 de *L'Afrique noire pré-coloniale* que aparece pela primeira vez em 1960³² na França. Os dois livros são frutos de teses doutorais: a mais antiga delas foi defendida no *King's College*, Universidade de Londres, em 28 de julho de 1950 (CHUKU, op. cit., p. 139), a mais recente foi defendida na Universidade Paris-Sobornne, em 9 de janeiro de 1960 (LUMUMBA-KASONGO, op. cit., p. 368), sob os títulos *Trade and politics in the Niger Delta, 1830-1885* e *Étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire de l'Antiquité à la formation des Etats modernes* sob a orientação respectivamente de Vincent T. Harlow e Gerald S. Graham, e, André Leroi-Gourhan e Doyen André Aymard.

Nos sites,³³ onde se encontra a catalogação dos trabalhos acadêmicos produzidos pelos estudantes dos citados estabelecimentos universitários, as teses de Dike e Cheikh Anta foram inventariadas com as seguintes etiquetas: *English History - Overseas*

Pereira (2008, p. 280), aparece que a *African Studies Association* é de 1959, no endereço eletrônico da instituição, a data de sua criação é 1957. Ainda em Pereira (2008, p. 280), diz-se que “sob a direção de Fernand Braudel, foi criado, na *École des Hautes Etudes*” (que atualmente é a *École Pratique des Hautes Études*); não sei se o autor quis dizer que Braudel foi o diretor dessa instituição em seu início ou ajudou a criá-la. No primeiro caso, Balandier (e não Braudel) foi seu primeiro diretor; no segundo caso, não existe nenhuma referência a esse fato de significativa importância histórica no texto de apresentação dessa instituição. Adicionou-se o endereço eletrônico de todas as instituições quando esse existia ao final desta dissertação. Algumas mudaram de nome como é o caso do IFAN, que em 1966 passou a ser chamado de *Institut Fondamental d'Afrique Noire* e atualmente tem o nome de *Institut Fondamental d'Afrique Noire Cheikh Anta Diop*, igualmente, com a Universidade de Dacar que agora é a Universidade Cheikh Anta Diop; da Universidade da Costa do Ouro, que se tornou Universidade de Gana e da Universidade de Lovanium, que se tornou Universidade de Kinshasa. Apurou-se, tendo por base a pesquisa nesses sites, que o status de *University College*, significa estabelecimentos de ensino superior vinculados a outras universidades que por sua vez emitem os diplomas para os estudantes formados nos primeiros. Todas as instituições de ensino superior das colônias do Reino Unido na África, dentro do escopo dessa análise, tiveram esse tipo de relação com a Universidade de Londres. Em várias delas em que o departamento de história possui uma página com seu histórico, constatou-se que estes existiam desde a fundação. Assim, por indução, todas as universidades criadas no período colonial pelo Reino Unido em África possuíam departamentos de história já em sua fundação.

³²Trabalho também com a tradução feita por Harold J. Salemson para a língua inglesa do livro de Cheikh Anta publicada nos Estados Unidos também em 1987.

³³ Refiro-me a respectivamente *Senate House Libraries e Système Universitaire de documentation*, veja na bibliografia. Ainda sobre nesses sites o ano da tese de Dike é 1950-1951 e o de Cheikh Anta é 1959, creio que a variação em relação as datas apresentadas anteriormente resulta da burocracia universitária, por isso, continuo com as indicações de Chuku e Lumumba-Kasongo.

Relations e Histoire d'Europe, politique et gouvernement et Histoire d'Afrique, Politique et gouvernement. Nota-se na evolução do título de cada trabalho³⁴ que na passagem do contexto acadêmico para uma audiência mais ampla, houve uma mudança de direcionamento. Desta forma, conteúdos idênticos puderam ser designados por “história ultramarina inglesa” e depois “uma introdução a história da Nigéria moderna” de um lado, e, “história da África e Europa” e depois passou a ser chamada de “história da África negra pré-colonial”, por outro.

Isso era de se esperar uma vez que é um momento de transição em que a história da África como um campo do saber está se institucionalizando no contexto acadêmico Europeu. Todavia, ressalto que isso pode ser um indício da não correlação da institucionalização dos Estudos Africanos (e história da África como disciplina aí integrada) e o advento dos primeiros historiadores acadêmicos do Continente. Explico. O *King's College* não era no período um centro de estudos africanos em Londres, essa prerrogativa era da *School of Oriental and African Studies*³⁵. Pelo contrário, vê-se nessa instituição a vanguarda da História Imperial da década 1950: tal é o caso de Harlow e Graham (os orientadores da tese de Dike) (LOUIS, 2007, p. 35 e 37). O mesmo pode ser dito a respeito da Sorbonne, que tem seu primeiro *Centre des Recherches Africaines* em 1962 (KAPTEIJNS, op. cit., p. 18). Ao passo que, André Leroi-Gourhan é reconhecido como um pré-historiador e Doyen André Aymard como um historiador especialista do período da Antiguidade. Em suma, nem as instituições, nem os orientadores da pesquisa doutoral dos dois historiadores analisados são africanistas.

Acresce-se a isso os testemunhos dos historiadores africanos sobre esse momento. Ki-Zerbo que estudou na Sorbonne de 1949 a 1953 e no *Institut d'Etudes Politiques*, de 1953 a 1955, relata que:

(...) na universidade, fiz todos os meus estudos sem uma referência à história da África, salvo de modo superficial, em relação à história européia, para assinalar o papel da África durante o tráfico dos negros, por exemplo. Posso citar-lhe ainda os assuntos do doutoramento [agrégation]: “Florença no século XV”, “A Alemanha de Weimar” (...). (KI-ZERBO, 2006, p. 14).

Ajayi que ficou na Grã-Bretanha de 1952 a 1958, primeiro em Leicester e

³⁴ Compare os títulos dos livros *Trade and politics in the Niger Delta 1830-1885: an introduction to the economic and political history of Nigeria* e *L'Afrique noire pré-coloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire de l'Antiquité à la formation des Etats modernes* com os títulos das teses: *Trade and politics in the Niger Delta, 1830-1885* e *Étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire de l'Antiquité à la formation des Etats modernes*.

³⁵ Veja: quadro acima.

depois no *King's College* em Londres também relembra que:

Bom, eu, claro, só fiz os cursos regulares que estavam disponíveis na Grã-Bretanha naqueles dias, isto é a história da Inglaterra e história da Europa e a história da Commonwealth; quase nada sobre a história da África, que na realidade não existia nesses dias como uma disciplina acadêmica (TRADUÇÃO MINHA)³⁶.

Mais uma vez trata-se de um período de transição o próprio Ajayi em seguida afirma que em Londres começava-se uma movimentação no sentido de estabelecer uma metodologia para a história da África. Em todo caso, descolar os primeiros historiadores africanos do desenvolvimento institucional do africanismo europeu a época, é olhar na direção de outros fatores para explicar essa fase da historiografia feita por africanos.

Nesse contexto, Onwuka Dike em um verbete escrito conjuntamente com Ajayi para a *International Encyclopedia of Social Sciences* em 1968 constrói o seguinte cenário para o aparecimento do que os próprios autores chamam de uma “nova historiografia africana”:

O impulso a uma nova historiografia africana veio com o movimento em direção a independência, que se acelerou na África durante e imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial. Este movimento nacionalista rechaçou firmemente a avaliação europeia do passado africano e exigiu uma nova orientação e a melhora das instalações escolares para produzir essa reavaliação. Com a criação de novas universidades na África, era inevitável que o ensinamento da história e a formação de historiadores africanos receberiam uma atenção especial. A princípio as velhas teorias se mantiveram: além da história da Europa houve cursos somente em “Atividades europeias na África” e alguma pesquisa de pós-graduação sobre a política britânica ou francesa a propósito de tal ou qual território em tal e tal período. Ao final dos anos de 1940, não obstante, as pesquisas científicas realizadas por estudantes africanos insistiam que uma história da África deveria ser a história dos africanos e não dos europeus na África, que os registros locais e tradições históricas deveriam ser utilizados para complementar os arquivos europeus metropolitanos, em uma palavra, a tradição oral deveria ser aceita como material válido para a investigação histórica. Esta nova abordagem produziu obras como *Trade and Politics in the Niger Delta* (Dike 1956) e *The Egba and Their Neighbours* (Biobaku 1957) (TRADUÇÃO MINHA)³⁷

³⁶ Well, I just of course, did the regular courses that were available in Britain in those days, that is English history and European history, and Commonwealth history; hardly anything about African history, which didn't really exist in those days as an academic discipline (AJAYI, [s. d.], p. 114).

³⁷The impulse toward a new African historiography came with the movement toward independence, which gathered pace in Africa during and immediately after World War II. This nationalist movement firmly rejected the European appraisal of the African past and demanded a new orientation and improved educational facilities to produce this reappraisal. With the establishment of new universities in Africa, it was inevitable that the teaching of history and the training of African historians would receive special attention. The old theories were maintained at first: besides European history, there were courses only on "European Activities in Africa" and some postgraduate research on British or French policy toward this or that territory at such and such a period. By the late 1940s, however, African research students were insisting that African history must be the history of Africans and not of Europeans in Africa, that local records and historical traditions must be used to supplement European metropolitan archives—in short, oral tradition must be accepted as valid material for historical research. This new approach produced works like *Trade and Politics in the Niger Delta* (Dike 1956) and *The Egba and Their Neighbours* (Biobaku 1957) (DIKE, AJAYI, 1968, p.398).

A obra de Dike, agora, pode ser contextualizada no bojo da luta pela independência, do nacionalismo e do combate contra as “velhas teorias”. Na mesma direção, Cheikh Anta escrevia em 1971: “Comecei minha pesquisa em setembro de 1946: por causa da nossa situação colonial à época, o problema político dominou todos os outros” (TRADUÇÃO MINHA)³⁸. Antes de continuar nessa linha de investigação, quero ressaltar que não estou desprezando a importância da formação da infra-estrutura institucional para Estudos Africanos, que teve lugar na Europa (EUA) e África – nessa última, principalmente com o desenvolvimento do ensino superior³⁹. Todavia, arrisco a dizer que sua influência maior encontra-se em desdobramentos posteriores a partir da década de 1960.

2. 6 - O engajamento: historicismo negro-africano

Toyin Falola (2011) e Kapteijns (1977) nos apresentam pistas sobre o porquê desse movimento pela independência ter assumido a história como bandeira. Do lado anglófonos, a emergência da historiografia africana contemporânea, inscreve-se nas políticas do pan-africanismo e em desenvolvimentos culturais como a *Harlem Renaissance* de 1930. O celebre W. E. B. Du Bois, como muitos outros escritores afro-estadunidenses, tinha justificado a necessidade da história da África vinculada à noção de libertação da dominação racial branca, afirma Falola⁴⁰. Do lado francófono, um dos impulsos para a história deve-se a *Négritude* e sua apologia ao valor, singularidade e superioridade da cultura africana, e, principalmente, sua convocação para a redescoberta das tradições do continente – nas palavras de Alioune Diop: “Negritude não é outra coisa senão a genialidade negra em conjunto com o desejo de revelar aí a dignidade” (TRADUÇÃO MINHA)⁴¹.

A partir da década de 1940, teve lugar uma vaga de estudantes africanos que

³⁸I began my research in September 1946; because of our colonial situation at that time, the political problem dominated all others (DIOP, 1974, p. xii.).

³⁹Kapteijns adverte que o avanço do ensino superior em África no pós-guerra não é equivalente a institucionalização dos Estudos Africanos, isto é, embora os estudantes fossem africanos: os professores, a administração e os currículos não eram (1977, p. 19).

⁴⁰(...) the need for African history tied to the notion of racial liberation from White domination (FALOLA, 2011, p. 399).

⁴¹“Négritude n’est autre que le génie noir et en même temps la volonté d’en révéler la dignité” (KAPTEIJNS, op. cit., p. 13).

afluíram as instituições universitárias das capitais imperiais, em decorrência, dentre outros fatores, da política de concessão de bolsas de estudos (Veja: MAZRUI, AJAYI, BOAHEN, TSHIHANGU, 2010, p. 772); como, também, há a passagem por aí de importantes lideranças políticas, nomeadamente, Nnamdi Azikiwe (o Zick), Kwame Nkrumah, Léopold Sédar Senghor, Lamine Guèye Houphouët-Boigny. Entre aqueles que se tornaram historiadores estão: Ki-Zerbo (1922- ?) Ade Ajayi (1929- ?), B. Ogot (1929- ?), T. Obenga (1936- ?) e Tamsir Niane (1932- ?) (Ibid, p. 25)⁴². Este último, Djibril Tamsir Niane nasceu em Conacri, Guiné, a época integrada à África Ocidental Francesa, graduou-se em história (*licence d'histoire*) pela Universidade de Bordeaux em 1959, escreveu entre outros trabalhos: *Recherches sur l'empire du Mali* de 1959 (que advém de sua monografia, *mémoire*)⁴³. O citado, Jacob Festus Ade Ajayi nasceu em Ikole Ekiti, estado de Ondo, Nigéria, a época parte da África Ocidental Britânica. Entre 1952 a 1958, estudou história na Grã-Bretanha, primeiro no *University College Leicester* e depois na Universidade de Londres pela qual obteve seu doutorado. Seu primeiro livro, resultado da tese aí defendida, foi publicado em 1965 sob o título *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891: The making of a new élite* (OGBOMO, 1998, p. 14-15). Bethwell Allan Ogot nasceu em Luo na província do Nyanza no Quênia, a época parte da África Oriental Britânica. Doutorou-se na *School of Oriental and African Studies* em 1965, com a tese *Migration and Settlement among the Southern Luo Peoples, 1500-1900: A Case History of Oral Tradition as a Historical Source* que depois foi publicada sob o título *History of the Southern Luo: Vol. 1, Migration and Settlement* em 1967⁴⁴. Théophile Mwené Ndzalé Obenga nasceu em Mbaya, República do Congo que então fazia parte da África Equatorial Francesa⁴⁵. Doutorou-se na Universidade de Montpellier, 1981, todavia seu primeiro trabalho notável aparece já em 1973, *L'Afrique dans l'Antiquité: Égypte pharaonique, Afrique Noire*⁴⁶. E finalmente, Joseph Ki-Zerbo nasceu em Toma no Alto Volta (atual Burkina Faso), então parte da África Ocidental Francesa, graduou-se no Instituto de Ciências Políticas de Paris, conseguiu a *agrégation* em história em 1956 pela Sorbonne. Sua obra mais celebre foi publicada em 1972, "História da África negra, das origens aos nossos dias" (Veja: KI-ZERBO, 2006 e CODESRIA Boletim, Nos 3 & 4, 2007).

⁴² Muitos desses historiadores já desapareceram.

⁴³ Veja: "Djibril Tamsir Niane", *Encyclopædia Britannica Online*.

⁴⁴ Veja: *Senate House Libraries Online*.

⁴⁵ Veja: T. Obenga, *Présence Africaine Online*.

⁴⁶ Veja: Universidade Estadual de São Francisco, *Africana Studies, Online*.

Essa intelligentsia emigrada, da qual esses historiadores faziam parte, se articulou a partir de determinadas instituições e eventos. Como é o caso do NCNC (*National Council for Nigeria and the Cameroons*) fundado pelo Zick em 1944 e do RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*), criado em 1946, em congresso presidido por Houphouët-Boigny; as associações estudantis como a *West African Students Union* (WASU) fundada em 1926 em Londres e a *Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France* (FEANF) fundada em 1950 em Paris, a Sociedade Africana de Cultura (SAC), com a revista e editora *Présence Africaine* fundadas por Alioune Diop em 1947. A SAC por sua vez organizou os dois Congressos de Escritores e Artistas Negros em Paris (1956) e Roma (1959). Ainda, é importante destacar a Vª Conferência Pan-Africana em Manchester em 1945 (M'BOKOLO, 2011).

Percebe-se, nesta breve lista, que os *colonials*⁴⁷ não configuraram uma intelligentsia emigrada na década de 1950, suas bases políticas nesse momento já se encontravam interiorizadas (Veja: *Ibid.*, p. 592-593). Enquanto os *citoyens*⁴⁸, por outro lado, atingiram seu apogeu justamente aí. O período de permanência de Dike (1944 a 1950) e de Cheikh Anta (1946 a 1960) respectivamente em Londres e Paris coincide com o período de avanço das intelligentsias emigradas africanas nessas duas cidades. Todavia, o mais importante a ser destacado, é que nesse contexto figuram organizações políticas de base geográficas inter-coloniais⁴⁹ e pan-africanas fundadas na solidariedade racial. Esse último aspecto traz consigo o encontro da(s) *história(s) da Middle Passage, das plantations, da escravatura e das fugas de escravos* e as histórias da África Ocidental. Como essa intersecção poderia ser percebida?

Cheikh Anta informar que foi eleito secretário geral da seção estudantil da RDA para os anos de 1950 a 1953, e foi lá, no órgão dessa instituição, *Voie de l'Afrique Noire* que publicou um resumo de *Nation Nègres* (p. xii).

⁴⁷ Essa palavra designa os súditos não brancos do Império Britânico (APPIAH, op. cit., 24).

⁴⁸ Direito que desde 1946 deixou de ser restringido aos originários das quatro comunas (BARRY, op. cit., p. 20).

⁴⁹ Pois, agregavam interesses de diferentes territórios coloniais, em contraposição, as organizações de base regional ou étnica (veja: *Ibid.*, p. 603-604).

Figura 5 - Congresso de Escritores e Artistas Negros



Participantes do primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros que ocorreu em Paris, no anfiteatro Descartes da Sorbonne, no período de 19 a 22 de setembro de 1956. Adaptado do Portal da UNESCO, nele pode-se encontrar uma lista não exaustiva de participantes. Em detalhe: Franz Fanon (a esquerda) e Cheikh Anta (a direita).

As teses desse livro foram apresentadas no Congresso de Escritores e Artistas Negros em Paris (Veja: figura 2). Um dos participantes desse evento, James Baldwin, faz o este comentário, em ensaio de 1961, sobre tal apresentação:

A seção da tarde começou com um filme, o qual perdi, e foi seguida por um discurso de Cheikh Anta Diop, que, em resumo, postulou o Antigo Império Egípcio como parte do passado Negro. Só posso dizer que esta questão nunca ocupou muito meu espírito, tampouco isso mudou durante os vinte minutos limites, e mesmo podendo ser suas alegações a propósito da deliberada desonestidade de todos os eruditos egípcios (sic), bem fundadas pelo que sei, não posso dizer que me convenceu (TRADUÇÃO MINHA).⁵⁰

Esse retrato entediante que o escritor americano traça de Cheikh Anta é acompanhada da seguinte ressalva: “No entanto, ele foi um grande sucesso entre os participantes, em verdade, seguido de perto apenas pelo sucesso de Aimé Césaire”⁵¹.

O próprio Césaire proclamou em 1955 sobre *Nation Nègre* ser a obra: “mais audaciosa que um negro escreveu até hoje” (CÉSAIRE, 1978, p. 41-42).

⁵⁰ The evening session began with a film, which I missed, and was followed by a speech from Cheikh Anta Diop, which, in sum, claimed the ancient Egyptian empire as part of the Negro past. I can only say that this question has never greatly exercised my mind, nor did quite refused to remain within the twenty-minute limit, and while his claims of the deliberate dishonesty of all Egyptian scholars [sic] may be quite well founded for all I know, I cannot say that he convinced me (SPADY, 1989, p. 90).

⁵¹ He was, however, a great success in the hall, second only, in fact, to Aimé Césaire (Idem).

Essas opiniões contrastantes em torno das ideias encontradas no citado livro de Cheikh Anta podem ser explicadas pelo fascínio que Egito Antigo exerceu sobre os grandes ícones da cultura política negra desde o século XIX. De fato, Gilroy (2001) noticia que o Egito tornou-se uma espécie de Meca para onde esses peregrinavam. Tal é o caso de Edward Wilmot Blyden em 1866 (Ibid., p. 389) e Frederick Douglas em 1880 (Ibid., p. 134). O primeiro, em seu relato de viagem, resume o sentimento que orientava essa tendência:

Eu senti que possuía uma estranha “herança na Grande Pirâmide” - construída antes que as tribos humanas se houvessem espalhado tão generalizadamente e, portanto, antes que tivessem adquirido suas diferentes características geográficas, mas construída por aquele ramo dos descendentes de Noé, os filhos empreendedores de Ham, dos quais eu descendia. O sangue parecia fluir mais rápido por minhas veias. Era como se eu ouvisse o eco daqueles africanos ilustres. Eu parecia sentir o impulso daqueles personagens instigantes que enviaram a civilização para a Grécia – os mestres dos pais da poesia, história e matemática – Homero, Heródoto e Euclides... Eu me sentia alçado para fora da grandeza corriqueira dos tempos modernos... (BLYDEN, 1873, p. 112, apud GILROY, 2001, p. 389).

A tese da anterioridade e africanidade do Egito Antigo não era uma novidade no Atlântico negro. Gilroy vê aí uma “obsessão com mito e a origem”, uma tentativa de se desvencilhar das lembranças da escravidão: “A história das fazendas e usinas de açúcar supostamente oferece pouca coisa de valor quando comparada às concepções elaboradas da antiguidade africana contra as quais são desfavoravelmente comparadas” (GILROY, op. cit., p. 355). Em virtude disso, a identificação com o povo eleito da narrativa do Livro do Êxodo do Velho Testamento, a qual Marcus Garvey e, posteriormente, Martin Luther King se apropriaram para alicerçar sua própria autoridade, encontrava nessa busca por uma ancestralidade gloriosa e pungente sua rival “na base moral da cultura política do Atlântico negro” (Ibid., p. 386).

Bem antes de Gilroy, outro participante do Congresso que provavelmente estava presente naquela mesma tarde da apresentação de Cheikh Anta, pôde chegar a uma conclusão muito semelhante:

Inconscientemente talvez os intelectuais colonizados, não podendo enamorar-se da história atual de seu povo oprimido, não podendo admirar sua presente barbárie, deliberaram ir mais longe, mais fundo, e foi com alegria excepcional que descobriram que o passado não era de vergonha, mas de dignidade, de glória e de solenidade. (FANON, 1979, p. 126-127).

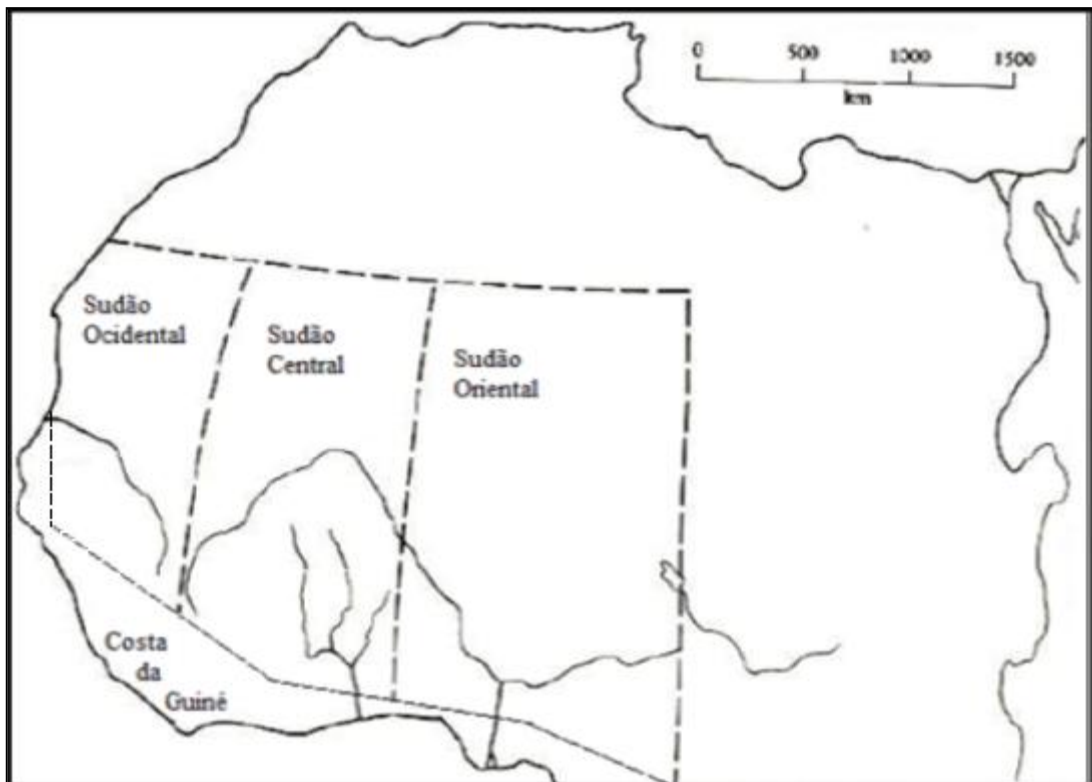
Em todo caso, a história da África gozava de grande apelo entre os intelectuais negro-africanos. Sabe-se que Dike esteve envolvido com a WASU quando estudava em Londres e que era muito requisitado em decorrência do seu vasto conhecimento em história africana (NWAUW, 2010, p. 10). Na Grã-Brenha, dois historiadores antes de Dike merecem

menção. São os trinitinos, Eric Williams que 1938 se tornou o primeiro estudante das Índias Ocidentais a se doutorar em Oxford (LOUIS, op. cit., p. 23), sua tese de doutorado posteriormente veio a ser o famoso livro *Capitalism and Slavery* (1944) e seu ex-professor em Trinidad e Tobago Cyril Lionel Robert James, mais conhecido como C. L. R. James, que escreveu *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (1938). Dike tem em comum com Eric Williams, o orientador, Harlow (Ibid., p. 136) e em *Trade and Politics* adota a concepção do primeiro acerca do movimento abolicionista.

Portanto, o predomínio da história como o único recurso capaz de fundar a ação política, a África Negra como uma “polis” (Veja: MBEMBE, 2001, p. 184) e as temáticas do Egito Antigo, do tráfico atlântico de pessoas escravizadas e com ele o abolicionismo parecem ser bons elementos para investigar as bases de um diálogo entre as tradições históricas da diáspora e do Continente. Se assim for, como se pôde ver a distância entre os intelectuais anglófonos e os francófonos deve ser avaliada menos em termos de Dakar à Ibadã, do que Paris à Londres.

CAPITULO III - A perspectiva africana em *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*

Figura 6 – Mapa histórico- esquemático da África Ocidental



Adaptado de BASIL, 1985, p. 26.

3.0 Introdução

Neste capítulo analisamos a forma das obras a partir do conceito de perspectiva africana apresentado no capítulo I. Essa abordagem permitiu que fizéssemos a comparação entre *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*, como se verá no começo deste capítulo, as obras possuem temáticas completamente distintas. Usamos sempre a análise sobre a HGA-UNESCO feita por Barbosa como meio termo e a própria obra em si, como auxílio na tradução.

3.1 - Primeiras aproximações

Em *Trade and Politics* pode-se distinguir⁵² como tema principal, a mobilização das classes dirigentes das sociedades do delta do Níger na passagem do comércio escravagista para o “comércio legítimo”. Tema esse que foi acompanhado de análises a respeito da estrutura socioeconômica de tais sociedades (com ênfase na relação delta/*hinterland*) e a política exterior britânica nessa região. Com isso, foram estabelecidos dois períodos: de 1481 a 1830 e de 1830 a 1885.

Em relação a *L'Afrique Noire Précoloniale*, em um texto de 1973, intitulado “O significado de nosso trabalho”, Cheikh Anta escreve que foram estes os objetivos estabelecidos para sua obra: demonstrar que era possível fazer uma história da África Negra livre da mera cronologia dos eventos e definir as leis que governam o funcionamento das estruturas sócio-políticas africanas de modo a explicar a direção que a evolução histórica tem tomado na África Negra (Ibid., p. XV). Ele retoma ideias que já tinham sido expostas no prefácio da obra em questão, no qual se afirma tratar-se mais de uma sociologia histórica do que propriamente de um livro de história. Essa característica da obra do historiador da Senegâmbia acarreta em uma dificuldade não encontrada na análise do livro de Dike, pois, o recorte temporal e, mesmo, espacial são aí difusos. Outra diferença de abordagem nas obras de Dike e Cheikh Anta decorre do tipo de fonte escrita utilizada. Enquanto no primeiro existe um predomínio de fontes arquivísticas relacionadas às papeladas da diplomacia e negócios britânicos no delta do Níger, no último o que se vê é um extenso uso de fontes narrativas de

⁵²Essa análise pode ser endossada ainda, com a leitura de outros estudos sobre a obra, a saber: HORTO, 1956; WATKINS, 1956; HENRI, 1958; FLINT, 1959; KAPTEIJNS, 1977 e NWAUWA, 2009.

origem árabe-mulçumana⁵³. Sobre esse último aspecto que será detalhado mais adiante, o importante é lembrar que essas são fontes, em geral, se referem às regiões sudanesas (Veja: figura 4). Assim, diante desse recorte espacial, Cheikh Anta buscou realizar os objetivos mencionados mediante uma reflexão sobre as características da organização social, política, econômica, militar e jurídica das sociedades dessa região em um quadro concebido para cobrir o extenso período do século I ao XIX⁵⁴.

É importante dizer que o estudo feito por Cheikh Anta, o qual está sendo investigado aqui, foi desenhado para ser comparativo. Isto é, as sociedades da África negra em sua obra são confrontadas com uma breve síntese de viés marxista das sociedades do continente europeu do período Clássico, Medieval e da Renascença. Está em jogo nessa comparação, de acordo com Diouf e Mbodj (1992), uma crítica ao ideal da política colonial da assimilação. O que é plausível uma vez que da leitura da obra pode-se depreender uma reafirmação da especificidade irreduzível dos povos negro-africanos. Acresce-se a isso, a negação da aplicabilidade do conceito de feudalismo para explicar as sociedades do Continente, aí também defendida. Embora esse aspecto da obra de Cheikh Anta seja indubitavelmente relevante, escapa ao alcance estabelecido para esta dissertação.

Deste modo, as teses sobre o comércio intercontinental na África Ocidental é o ponto de partida para a análise de um possível internalismo difusionista nas obras consideradas. Em *Trade and Politics*, isso se refere a comércio atlântico, enquanto em *L'Afrique Noire Précoloniale*, o comércio transaariano. Igualmente, o artigo de Cheikh Anta escrito para HGA-UNESCO é eleito por Barbosa como um clássico dessa abordagem, o que leva a crer que *L'Afrique Noire Précoloniale* poderia ter a mesma tendência. Para que isso seja o caso, deve-se considerar no lugar do conteúdo (ou temática), a forma da narrativa histórica que define a abordagem do sujeito africano, que por sua vez é: “voltada para a autovalorização do papel da África e dos africanos na história humana” (Ibid., p. 97). Quanto ao *regionalismo*, Dike e Cheikh Anta discorrem sobre sociedades em dois ecossistemas distintos da África Ocidental. Na obra do primeiro, o cenário é a faixa litorânea e a zona de floresta tropical do Sul da Nigéria. Enquanto, no último predomina a paisagem do “Bafur”: nome que

⁵³ Na HGA lê-se: “Classificadas por gêneros, as fontes de que dispomos dividem-se em *fontes narrativas* e em fontes arquivísticas, umas conscientemente consignadas com o objetivo de deixar um testemunho, outras participando do movimento normal da existência humana” (DJAIT, 2010, p. 83).

⁵⁴ Chekh Anta afirma: [...] dont les princes vont être exposés est celle qui, à quelque variantes près, a vraisemblablement régi les États africains du I^{er} au XIX^e siècle (Ibid., p. 49).

denominava as regiões de savana da AOF (Veja: BÂ, 2010, p. 170). Em resumo, a primeira vista, podemos associar as diversas abordagens da perspectiva africana encontradas na HGA-UNESCO a aspectos das obras dos autores investigados, no entanto isso não é suficiente para identificar essas obras à perspectiva africana tal como considerada por Barbosa. Nos próximos itens vamos responder de forma a perspectiva africana pode ser interpretada em *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*.

3. 2 - As teses interregionais:

3.2.0 - Um conceito transversal

“Destribalização” (*détribilisation*) é o termo usado por Cheikh Anta para designar a passagem do sistema de clã, (*organisation clanique*) no qual predomina a tribo⁵⁵, uma divisão de trabalho rudimentar, a vida rural, a pequena densidade demográfica, a economia de troca ou subsistência e uma tendência ao coletivismo para o sistema de castas que por sua vez está articulado à forma de governo monárquica, à especialização do trabalho, à vida urbana, à grande densidade demográfica, ao comércio e uma tendência ao individualismo. Um indício de destribalização destacado pelo autor foi a reconfiguração do antropônimo:

[...] Um fato que não tem sido suficientemente enfatizado é que o indivíduo tem um primeiro nome, mas não um nome de família, antes da ruptura do clã. Até aquele momento, leva o nome do clã, mas coletivamente, isso quer dizer que a cada vez que perguntássemos seu nome, ele sempre responderia que é do clã Ba-Pende, Ba-Oulé, Ba-Kongo, etc. : ele foi um membro de uma comunidade, e somente a dispersão pôde lhe proporcionar uma existência individual, como também uma nome de família que permanece como uma espécie de memória do nome do clã. Isso é uma das razões pela qual falo sempre de nomes totêmicos.⁵⁶

⁵⁵ Em Cheikh Anta, o significado de tribo está relacionado a um aparelho político e repressivo menos efetivo, em contraposição a regimes políticos avançados como a monarquia ou república (veja: *Ibid.*, p. 16 e 76).

[...] Un fait sur lequel on n'insiste pas suffisamment est que l'individu a un prénom, mais non un nom propre personnel, avant la dislocation du clan. Jusque là il porte le nom du clan, mais à titre collectif, c'est-à-dire que chaque fois qu'on lui demandera son nom, il répondra toujours qu'il est du clan Ba-Pende, Ba-Oulé, Ba-Kongo, etc. : il est le ressortissant d'une communauté dont la dispersion seule peut lui conférer, en même temps qu'une existence individuelle, un nom propre qui reste alors, comme une sorte de souvenir, celui même du clan. C'est aussi une de raisons pour lesquelles nous parlons toujours de noms totémiques (*DIOP*, op. cit., p. 16).

Em outras palavras, o antropônimo no sistema de clã é sempre um nome coletivo totêmico (*noms totémiques*); na transição para o sistema de castas, torna-se um nome individual (*nom propre personal*) conjugado a um nome de família que por seu turno é um resíduo do estágio anterior (*comme une sorte de souvenir, celui même du clan*). Esse recurso a antroponímia justifica-se na obra de Cheikh Anta por ser uma chave para a tese do matriarcado e na explicação da origem de diversos povos na África, todavia esses assuntos não serão trados nesta dissertação.

Na caracterização que Dike fez sobre as sociedades do delta a partir do conceito de cidade-estado, a noção de sociedade destribalizada também pôde ser verificada. Com efeito, o historiador nigeriano afirma:

O termo “cidade-estado” como é aplicado às comunidades do delta abrange não só os assentamentos na região costeira, mas também suas extensões (por meio de entrepostos comerciais) no interior. Isto está em concordância com a ideia grega de cidade que significa uma comunidade de pessoas mais do que uma área territorial; pois ainda que separadas politicamente, as colônias comerciais do delta estavam indissolúvelmente unidas por fortes laços econômicos. Ademais, “cidade-estado” é uma denominação mais apropriada que “estado-tribal”, uma vez que o período das migrações e do tráfico de escravos desorganizou as entidades tribais e acentuou a mistura entre os povos da região. No século XIX, por tanto, os estados do Delta foram agrupadas não por considerações de parentesco, mas por contigüidade, assim no período sob investigação, cidadania veio cada vez menos da descendência do que da residência (TRADUÇÃO MINHA).⁵⁷

Ademais, as sociedades do delta organizavam-se em monarquias ou repúblicas (Ibid., p. 31) e em “sistema de casa” (*House System*)⁵⁸, essa última funcionava ao mesmo tempo como uma cooperativa comercial e uma instituição do governo local comandada por um chefe (*House Head*); a hierarquia aí existente entre homens livres e escravos era determinada não pelo parentesco, mas por interesses comuns e necessidades econômicas (Ibid., p. 35). Portanto, essa caracterização das sociedades do delta que recorre aspectos como: o comércio, a mestiçagem (cultural e biológica), as relações sociais orientadas para além do parentesco (ou dos laços tribais) no interior do *House System* sob uma forma de

⁵⁷ The term ‘city-state’ as applied to the Delta communities embraces not only the settlements on the coast but also their extensions (by way of trading posts) in the interior. This is in line with the Greek idea of city which means a community of people rather than an area of territory; for although the Delta trading colonies were all outside her political boundaries, they were indissolubly bound by strong economic ties. Moreover ‘city-state’ is a more appropriate designation than ‘tribal-state’, since the period of migrations disorganized the tribal entities and the slave trade further accentuated the mingling of peoples. In the nineteenth century, therefore, the Delta states were grouped not by considerations of kinship but by contiguity, and in the period under survey citizenship came increasingly to depend not on descent but on residence (Ibid., p.31).

⁵⁸ A definição encontrada na HGA sobre *House System* é de um sistema administrativo, baseado em unidades políticas (casa) de caráter familiar cujo critério de promoção facilitava o recrutamento de novos membros, escravos ou refugiados (ALAGOA, ELANGO, N’NAH, 2010, p. 850).

governo monárquica ou republicana coincide em linhas gerais com a sociedade destribalizada de Cheikh Anta.

No caso da HGA-UNESCO, o significado de “destribalização” estaria próximo ao significado de expressões como “formação de sociedades complexas” ou “formação do Estado”. Com efeito, segundo o interlocutor que está sendo utilizado aqui, trata-se de: “fenômenos específicos de evolução social que englobariam desenvolvimento tecnológico, adequação ambiental, redes comerciais, ampliação cultural, estratificação e especialização do trabalho” (BARBOSA, op. cit., p. 141). A esta altura, conceitualizada a destribalização ou a formação de sociedades complexas, é lícito passar a investigação das explicações históricas relacionadas a esse processo nas obras em curso.

3.2.1 - O comércio transcontinental, *Bilad-es-Sudan*

Segundo Barbosa, os artigos da HGA-UNESCO que estão subsumidos ao difusionismo intra-africano apresentam como fatores para a formação e consolidação das sociedades complexas na África Ocidental entre os séculos VII e XVI: a islamização e as expansões de grupos mande concomitantes ao desenvolvimento do comércio transcontinental afro-eurasiano.

No que se refere ao sucesso do Islã ao sul do Saara, o fator político-administrativo teria sido decisivo. De modo que a adoção ao islamismo por parte dos soberanos do *Bilad-es-Sudan* seria explicada devido a um suposto “caráter universal” e o cultivo da palavra escrita decorrentes da prática dessa religião: aspectos que se mostrariam estratégicos no momento da consolidação de seus impérios, relativamente extensos e multi-étnicos (BARBOSA, op. cit., p. 71).

Em Cheikh Anta, o sucesso do Islã, dentre outros fatores, foi em decorrência do caráter pacífico de sua introdução e por haver um paralelismo entre suas crenças e as crenças tradicionais pré-existentes (DIOP, op. cit., p. 154 e 156)⁵⁹. Para ele, a organização administrativa das sociedades sudanesas desse período era garantida independentemente da

⁵⁹ Cheikh Anta observa também uma crise nas religiões tradicionais africanas, já dominante no período Songhai (XV-XVII), que esclerosadas não conseguiam mais suprir a necessidade de racionalidade da elite instruída: “C’est sur ce denier plan de la rationalité que la victoire de l’Islam fut éclatante” (Ibid., p. 157).

religião islâmica. Isto é, as religiões tradicionais podiam assegurar a coesão desses estados extensos e multi-étnicos, pois aqueles que exerciam o poder tinham uma percepção religiosa de suas responsabilidades, dando pouca vazão a conflitos internos (p. *Ibid.*, p. 98). Por outro lado, o autor considera que no Songhai (a partir do século XVI), império em que a presença do islã tornou-se mais efetiva, embora houvesse um controle administrativo mais rigoroso, esse era pautado na dessacralização das funções administrativas, agora exercidas por verdadeiros funcionários públicos subordinados diretamente ao imperador (o *Askia*), todavia as disputas palacianas aí eram mais frequentes (*Ibid.*, p. 98).

Quanto às expansões do grupo mande terem condicionado a formação de redes de intercâmbio tanto locais como transaarianas anteriores ao advento dos árabes mulçumanos na África Ocidental (BARBOSA, op. cit., p. 75): é uma tese que Cheikh Anta poderia estar disposto a aceitar em sua época. De fato, existe uma menção a grupos específicos especializados em comércio nas sociedades sudanesas, a saber: os ancestrais dos *dioula* e *sarankollé* atuais (*les ancêtre de Dioula et des Sarakollé actuels*⁶⁰). Ademais, isso corroboraria com sua afirmação de que:

[...] no tempo dos impérios de Gana e do Mali [...], em toda a extensão desses impérios a destribalização já era efetiva. ‘Durante a conquista da África do Norte (pelos muçulmanos), alguns comerciantes penetraram na parte ocidental do país dos Negros e não encontraram entre eles nenhum rei mais poderoso que o de Gana. Seus estados se prolongavam a Ocidente até as margens do Oceano Atlântico. Gana, a capital desta nação forte e numerosa, era composta de duas cidades separadas pelo Nilo (rio Níger) e formava uma das maiores cidades do mundo e a mais populosa. O autor do *Livre de Roger* (El Bakri) faz uma menção especial, assim como o autor de *Routes et Royaumes*’ (Ibn Khaldoun). Pode-se supor que em uma cidade como Gana, que no século X já era uma das maiores do mundo, a organização tribal havia completamente dado lugar as exigências da vida urbana, em 1352 (TRADUÇÃO MINHA).⁶¹

Não obstante, creio que para Cheikh Anta, ainda que o comércio seja um componente importante no quadro das sociedades destribalizadas sudanesas, não é em si um

⁶⁰ DIOP, op. cit., p. 127. *dioula* (diula) e *mande* são antropônimos intercambiáveis (Veja: BARBOSA, op. cit., p. 75).

⁶¹ Quoi qu’il en soit, au temps des empires du Ghana et du Mali [...], la détribalisation était déjà effective dans toute l’étendue de ces grands empires. ‘Lors de la conquête de l’Afrique septentrionale (par les musulmans), quelques marchands pénétrèrent dans la partie occidentale du pays des Noirs et ne trouvèrent chez eux aucun roi plus puissant que celui de Ghana. Ses États se prolongeaient vers l’Occident jusqu’au bord de l’Atlantique. Ghana, la capitale de cette nation forte et nombreuse, se composait de deux villes séparées par le Nil (le Niger) et formait une de plus grandes cités du monde et des mieux peuplées. L’auteur du *Livre de Roger* (El Bekri) en fait une mention spéciale ainsi que l’auteur des *Routes et Royaumes*’ (Ibn Khaldoun). Il est permis de supposer que dans une agglomération comme Ghana qui, au Xe siècle, était déjà l’une des plus importantes du monde, l’organisation tribale avait complètement cédé la place aux exigences de la vie urbaine. En tous cas, la transmission du nom individuel et de l’héritage, telle qu’elle était pratiquée dans l’empire du Mali, d’après Ibn Batouta, ne laisse aucun doute pour nous sur la disparition, dans cette région, du système tribal, en 1352.

fator essencial para explicá-las. Isso porque o autor prefere destacar outros aspectos da economia desses estados, como as forças produtivas e as relações de produção, nomeadamente: as castas, o trabalho, o estatuto do escravo e da terra, a exploração econômica, etc. É aqui que vigora a força centrípeta dessas sociedades. Mas como elas historicamente surgem?

O argumento decisivo que subsume *L'Afrique Noire Précoloniale* ao difusionismo intra-africano reside na hipótese do Egito Antigo ser um centro irradiador da civilização negro-africana. Com isso, a formação das sociedades sudanesas resultaria de migrações de populações oriundas do Vale do Nilo. O que explicaria as semelhanças entre o sistema de castas sudanês⁶² e o sistema de casta Egípcio (Ibid., p. 18-19), as semelhanças da organização administrativa entre essas sociedades⁶³, as semelhanças dos rituais em torno da investidura dos soberanos no *Bilad-es-Sudan* e aqueles referentes aos faraós (Ibid., p. 65), as semelhanças entre a arquitetura sudanesa e egípcia antiga (Ibid., p. 193), etc. É dessa forma que Cheikh Anta se contrapõe ao externalismo baseado no mito camita ou, mesmo, no islamocentrismo para explicar esse período histórico.

É importante lembrar que o historiador da Senegâmbia recorre a ideia de raça em sua concepção de continente africano, o que o diferencia sobremaneira de algumas das teses do difusionismo intra-africano da HGA-UNESCO, pois, o faz estabelecer uma divisão explícita entre uma África ao Sul do Saara, negra e uma África berbere e árabe, branca.

3.2.2 - O comércio transcontinental, *Delta do Níger*

O período abarcado no livro de Dike é, segundo Barbosa, mais complicado do que o anterior para manter uma abordagem internalista, pois “o peso dos fatores e dos personagens externos se torna cada vez mais preponderante na história da África” (BARBOSA, op. cit., p. 81). Dentre esses fatores externos destaca-se o comércio atlântico e com ele o tráfico escravista. Diante disso, a saída encontrada pelos autores da HGA-UNESCO

⁶²Conceitualizado a partir da experiência no Cayor (Veja: a seção).

⁶³Cheikh Anta afirma: “On est d'accord sur le fait que le type d'organisation africaine est indigène: il ne saurait venir de la Méditerranée aryenne ou sémitique. S'il fallait absolument le rattacher à des formes antérieures, il faudrait songer à la centralisation administrative de l'Égypte pharaonique, avec ses nomes” (Ibid., p. 97).

foi considerá-los como processos catalisadores de dinâmicas internas como a dependência econômica e a formação de uma nova elite (Ibid., p. 82).

De início, é interessante notar que Dike não hesita em comparar a formação das sociedades complexas na costa da África Ocidental (Guiné) a partir do século XV, com o que ocorreu no *Bilad-es-Sudan*:

Do mesmo modo que o volume crescente do comércio atlântico atraiu irresistivelmente a Europa às terras da Guiné, assim também o nativo das zonas tribais, impelido pela urgência de ‘trafegar e trocar’, afluiu à costa para fazer comércio. A partir deste momento, a faixa costeira se converteu na fronteira de oportunidades. Da mesma forma que o comércio da África Ocidental na Idade Média através das caravanas árabes pelo Saara levou a um florescimento de cidades comerciais no arco do rio Níger tais como, Djenné, Tombuctu, Gao e outras, assim também a ascensão de Lagos, Acra, Daomé e dos estados do delta deve ser atribuído ao desenvolvimento do comércio marítimo. As comunidades comerciais litorâneas que emergiram com este comércio transcendiam as fronteiras tribais: sua história pertence tanto a história Atlântica como tribal (TRADUÇÃO MINHA).⁶⁴

Para Cheikh Anta, como visto anteriormente, essa comparação é indevida, uma vez que, em sua visão, o comércio transcontinental não é um fator decisivo para explicar as sociedades sudanesas. Não obstante, a ênfase no comércio é uma tônica em Dike⁶⁵. Nesse sentido, autor afirma:

O comércio com os árabes, através das caravanas saarianas, pôs em contato a África Ocidental medieval com o mundo do Islã; e com o Islã veio à cultura e civilização árabe. Nada comparável a isto ocorreu na costa da Guiné. Enquanto o comércio do Sudão Ocidental mais recuado no tempo trouxe celebridades árabes para a África Ocidental, e homens como o renomado arquiteto Es Sahili oriundo da Espanha Moura para introduzir edifícios de pedra na terra dos Negros, e o austero missionário e professor de Tuat, Muhammad Abd el Kerim el Maghili, que percorreu uma vasta área e pelo visto esteve em Kano e Katsina, os chefes nativos da costa atlântica excluíram os comerciantes europeus de sua zona de influência. Os homens que com entusiasmo participaram do comércio atlântico adotaram uma atitude estritamente abstencionista em matéria de cultura e política (TRADUÇÃO MINHA).⁶⁶

⁶⁴ Just as the growing volume of Atlantic commerce drew Europe irresistibly to the lands of Guinea, so the natives of tribal areas, impelled by the urge ‘to traffic and exchange’, flocked to the coast to do trade. From now on the coastland became the frontier of opportunity. As in medieval West Africa trade with the Arabs by way of the Sahara caravans led to an outcrop of commercial cities on the Niger Bend such as Jenne, Timbuktu, Gao, and others, so the rise of Lagos, Accra, Dahomey, and the Delta states must be attributed to the development of maritime commerce. The seaboard trading communities which emerged with this commerce transcended tribal boundaries; their history belongs both to Atlantic and to tribal history (DIKE, op. cit., p. 20).

⁶⁵É algo também precebido em: NWAUWA, 2009.

⁶⁶ Trade with Arabs, by way of the Saharan caravans, brought medieval West Africa into touch with the world of Islam; and with Islam came Arab culture and civilization. Nothing comparable to this occurred on the coasts of Guinea. While the earlier trade of the western Sudan brought Arab celebrities to West Africa, and men such as the renowned architect Es Sahili came from Moorish Spain to introduce stone buildings in the land of the Negroes, and the austere missionary and teacher of Tuat, Muhammad Abd el Kerim el Maghili, toured a vast area and was evidently at Kano and Katsina, the native chiefs on the Atlantic seaboard barred the European traders from their hinterland. Men who eagerly participated in the Atlantic trade adopted a strictly abstentionist attitude

Nota-se que em *Trade and Politics* não existe um comprometimento em refutar um externalismo islamocêntrico na história da África Ocidental: o interesse reside em demonstrar que o comércio foi à relação fundamental que manteve o Continente atrelado a Europa desde o século XV, o que exigiu a formação de uma nova elite que se organizou para assegurar uma autonomia cultural e política. Isso é tão poderoso nessa narrativa histórica que o historiador nigeriano negligencia as “maléficas conseqüências demográficas e anti-produtivas” trazidas pela troca desigual instaurada com esse comércio: um contraste com que se vê nas análises feitas na HGA-UNESCO em que essas conseqüências são francamente discutidas (BARBOSA, op. cit., p. 83). Em resumo, o que importava para Dike era demonstrar que os intermediários africanos (*African middlemen*) faziam valer seus interesses nessa estrutura.

Outras tendências condicionadas pelo tráfico de pessoas escravizadas no comércio atlântico referem-se às características das sociedades africanas nele envolvidas. Na abordagem difusionista intra-africana, essas são a militarização, a centralização, e a orientação da economia para a costa marítima (Idem). Em seguida investigo como isso pode ser compreendido em Dike.

O primeiro aspecto a ser destacado é que, em *Trade and Politics*, se examina uma região específica da costa da Guiné, enquanto o escopo dessas teses da HGA-UNESCO inclui todas as regiões da África sul-saariana que tiveram contato com o comércio atlântico. Mesmo assim, é possível fazer algumas aproximações.

Com efeito, a repressão era um instrumento extensamente utilizado no recrutamento de mão de obra escrava nas sociedades do delta. Todavia, afirma-se que as formas pacíficas eram a regra, seja na instituição da *House* (em que o chefe era comumente tratado de “pai”⁶⁷), seja na *hinterland*, com a instituição do Oráculo⁶⁸. Não obstante, isso não faz Dike divergir dos autores da HGA-UNESCO, no que tange a militarização. De fato, ele mostra o exemplo de Bonny, uma das principais cidades-estados do delta que gastava boa

in matters of culture and politics (Ibid., p. 5).

⁶⁷ Dike afirma: “Discipline might have been severe and brutal in certain cases, but as a general rule, loyalty from the slaves and confidence from the master(father) was the prevalent mood” (op. cit., p. 37).

⁶⁸ Nas palavras do autor: “The belief that bulk of the slaves handled in the Atlantic trade were captives from tribal wars or that kidnapping and raids were the normal methods of obtaining the human victims is now seen to be but a half truth when applied to the tribes east of the Niger. The Oracle, directed by the Aros, was the medium through which the slaves exported from Delta ports were largely recruited” (Ibid., p. 40).

parte sua renda com armamentos (Ibid., p. 42). Quanto à centralização, essa talvez seja uma particularidade do delta, uma vez que o sistema de *House* não permitia que tal fosse possível. A orientação para os portos litorâneos foi uma consequência lógica, pois essas sociedades se formaram a partir do comércio atlântico, todavia Dike procura deixar claro que havia uma integração do delta com as *hinterland* (Ibid., p. 40). Todas essas características se situam nas respostas do intermediário africano em face das vicissitudes desse comércio.

Por último, ainda no campo das teses difusionistas, Barbosa aponta que o fim do tráfico escravista, na visão dos autores da HGA-UNESCO, representou, por um lado, a ampliação da dependência econômica das sociedades africanas; por outro, principalmente na segunda metade do século XIX, “o renascimento africano” (BARBOSA, op. cit., p. 86). Como foi dito anteriormente, não é a dependência econômica, mas a ação política africana que está em jogo em *Trade and Politics*.

Desse modo, a consolidação da extração do óleo de palma nas *interland* é o momento em que paulatinamente o intermediário africano perde sua autonomia política, as instituições diplomáticas entre os comerciantes do delta e os comerciantes europeus caem em descrédito e as ações militares britânicas começam a ganhar proeminência. Concomitante a essas mudanças, ocorre uma convulsão social, as antigas aristocracias perdem sua sustentação econômica e política, há uma crescente influência missionária e com isso, são frequentes os levantes de escravos. Esses foram os acontecimentos que interromperam 500 anos de comércio entre as nações europeias e os estados do delta, para dar lugar à dominação britânica.

3. 3 - A valorização do africano pela reconstituição de seu passado

Como foi afirmado, anteriormente, a proximidade das obras analisadas de Dike e Cheikh Anta com a abordagem do sujeito africano está na forma, ou melhor, na necessidade de afirmar uma imagem positiva dessa coletividade em suas histórias da África. Foi dito ainda, que um dos pontos de discordância entre Cheikh Anta e a HGA-UNESCO está no par raça/ entidade geográfica. Retomando, Barbosa mostra, por exemplo, que a valorização da resistência berbere a conquista árabe-muçumana pode ser interpretada como uma afirmação do sujeito africano (BARBOSA, op. cit., p. 98-111). E como se viu, em Cheikh Anta, o

berbere não participa da raça negra e, portanto, sua africanidade não seria conveniente para as análises em *L'Afrique Noire Précoloniale*. Quanto a Dike, não existe uma operacionalidade do conceito de “raça” em sua narrativa, se ele aceita a opinião de Cheikh Anta a esse respeito: isso não pode ser respondido pelo exame de *Trade and Politics*. Creio que o historiador do Sul da Nigéria nesse aspecto esteja mais próximo da opinião geral na HGA-UNESCO, onde “os termos raça ou etnia [...] são pouco utilizados” (BARBOSA, op. cit., 95).

De acordo com Barbosa a imagem do africano, que se quer afirmar, é de um ser político que se realiza em relação ao Outro. De modo que:

(...) há uma continuidade essencial desse Outro, que existe para além desta aparente heterogeneidade, que criou o sujeito africano. Esta continuidade parece ser uma ideia fantasmagórica da Europa e dos europeus. Afinal, eles são a oposição que cria o sujeito africano em sua diversidade, negra ou berbere-magrebiana. Daí o silenciamento da *HGA-UNESCO* acerca da expressão colonial da expansão muçulmana na história da África (op. cit., p. 129).

Esse silenciamento que se revelaria na diferença de tratamento dado na HGA-UNESCO no que diz respeito às revoltas escravas Zanj no *maxerreque* (o oriente árabe) e as análises sobre as diásporas africanas nas Américas, é da mesma natureza da condescendência anteriormente mencionada que Dike tem sobre o papel das influências do mundo árabe-muçulmano na história da África Ocidental.

Em todo caso, o autor preocupa-se em mostrar a relevância do delta do Níger (e da costa da Guiné) na história atlântica, com sua contribuição para a colonização das Américas e para o volume de capital que resultou na Revolução Industrial. É nesse contexto que existe uma apropriação das teses do já citado Eric Willians, ainda pouco conhecido na década de 1950 (Veja: NWAUWA, 2009). Assim como Cheikh Anta procura relacionar à história dos estados sudaneses a grande civilização egípcia.

Nesta seção, no entanto, quero analisar como o ser político africano é tratado nas obras investigadas. Os dois historiadores caracterizam as formas de governo das sociedades africanas em monarquias constitucionais hereditárias. Merece destaque no delta do Níger a monarquia de Bonny (Ibani) cujo rei, denominado de Ama-nya-na-bo (na HGA-UNESCO, amanyanabo), para tomar suas decisões devia consultar a *Palaver-House*⁶⁹, um

⁶⁹ “Palaver” tem origem em “palavra”, aparentemente era um termo utilizado por comerciantes portugueses na costa africana para designar a conversa ou o colóquio com os nativos, tem um sentido pejorativo, no dicionário consultado encontra-se “a talk, parley, conference, discussion: chiefly applied to conferences, with much talk, between African or other uncivilized natives, and traders or travelers” (MURRAY, 1971, p. 2057).

conselho (council) formado pelos grandes homens do reino⁷⁰. Já no império Mossi, descrito por Cheikh Anta, o Moro Naba (o rei) é escolhido dentre os membros da família real por um colégio eleitoral (*Collège 'électorale'*) formado por quatro dignitários (*dignitaires*) presidido por um Primeiro ministro (o *togo naba*) que por sua vez não advinha da nobreza (Ibid., p. 50). Além das famílias dos comuns, também era representada junto a corte, as famílias dos escravos, na figura do *rassam naba*, o segundo em ordem de importância entre aqueles cuja função era de assistir ao imperador⁷¹.

Cheikh Anta discorre não só sobre o Moro Naba, como sobre o Damel e o Ceddo (ou Tieddo) no Cayor, o Askia em Songhai, o Mansa no Mali e o Kaya-Magha (ou Kaya-Maghan) em Gana. Esses são divididos em três categorias, os reis tradicionais (Moro Naba, Damel), os reis que adotaram o Islã (Askia, Mansa, Kaya-Maghan) e os reis emigrados (Ceddo). Existe uma distinção entre o Mansa e o Kaya-Maghan em oposição ao Askia, esse último é de uma fase mais recente da islamização (séc. XVI) e apresenta características que o aproxima dos califas do *maxerreque* (DIOP, op. cit., p. 55). Os reis Ceddo são marcados por sua violência e não sacralidade aos olhos do povo sob o qual reinam, devido a sua condição de emigrado (Ibid., p. 61). Deste modo, a pedra de toque para que Cheikh Anta possa inscrever a especificidade africana e com ela a unidade entre esses diversos reinos, são as sociedades de Mossi e do Cayor (de realezas tradicionais). Todavia o Cayor está em uma situação intermediária, pois embora seus reis não tivessem se convertido ao Islã⁷², sua estrutura política era composta de representantes do clero mulçumano (Ibid., p. 52).

Enquanto Dike chega a mencionar formas de governo republicanas nas sociedades do delta, nomeadamente Old Calabar (Ibid., p. 31)⁷³. Todavia, é inegável a

⁷⁰ The Kings of Bonny, although in many respects they appear to exercise absolute power unrestrained by any fixed principles, may be properly termed heads of an aristocratic government. This is evinced by having a grand palaver house, in which they themselves presided, but the members of which composed of the great chiefs or great men, were convened and consulted on all matters of state urgency. (CROW, H. 1830, p. 345 apud DIKE, 1966, p. 33).

⁷¹ Après le Premier ministre vient, dans l'ordre d'importance, le rassam naba ou bingo naba, le chef des esclaves de la Couronne. Il est également ministre des Finances, gardien du Trésor, des objets précieux: cauris (monnaie), bracelets, etc. Il est l'exécuteur des hautes oeuvres: en l'occurrence, il procède à la mise à mort des condamnés. Il est le chef des forgerons et les commande par l'intermédiaire du saba naba. Il administre le canton du Kindighi. Donc, bien que d'origine esclave, le rassam naba règne sur des hommes de condition libre, il administre des citoyens de plein droit. (Ibid., p. 55).

⁷² Cheikh Anta afirma: l'est sept dynasties cayoriennes [...] n'ont jamais embrassé l'Islam (Ibid., p. 53).

⁷³ Isso é algo que também pode ser encontrado em Cheikh Anta que discorre sobre a República Lebou (DIOP, op. cit., p. 72- 74). Ambos os autores, tem ressalvas quanto a esse tipo de organização política em África. Para Dike, no Delta: "the republics were in reality single trading units with divided political authority" (DIKE, op. cit., p.

centralidade de Bonny e da dinastia dos Pepples em sua obra⁷⁴.

O que quero enfatizar aqui é o destaque, dado por esses autores, a participação dos diferentes setores da sociedade, inclusive do próprio escravo, nas organizações políticas dos países africanos estudados em suas obras. Outro exemplo que confirma essa tendência, aparece em Dike:

O cônsul britânico no Golfo da Biafra, T. J. Hutchinson, relatou em 1861 que “em muitos dos rios do comércio de óleo de palma a escravidão não passava de mito. Em Bonny, os homens que davam as cartas no jogo político, assim como na troca do óleo de palma, eram da classe de escravos.” “A melhor coisa nesse” (*House system*), disse outro, “é que dá ao menino pobre que rema em uma canoa de transporte de óleo uma oportunidade de se converter em rei.” É amplamente assinalado na história do Delta do século XIX que muitos meninos escravos alcançaram o status de nobres nas cidades-estados (TRADUÇÃO MINHA)⁷⁵.

A mobilidade social nas sociedades do delta por intermédio do *House system* se assemelha ao sistema de castas apresentado por Cheikh Anta. Não porque aí, também exista tal mobilidade, senão, porque a exploração material não acontece de uma casta superior em relação à outra, inferior, mas, entre iguais, isto é, entre homens livres⁷⁶.

Aqui é importante considera o sistema de castas apresentado por Cheikh Anta. Com efeito, partindo do presente (etnográfico)⁷⁷, no território senegalês, tal sistema organiza-se em dois grupos: os *gor*, os homens livres, e os *djam*, os escravos. Esses por seu turno se subdividem. Assim, no primeiro grupo encontram-se: os *gér*, a nobreza e os homens livres sem profissão manual, e os *ñeño*, os artesões. Em seguida, no segundo grupo, estão os *djam-bour*, os escravos do rei; os *djam neg nday*, os escravos da casa da mãe e os *djam neg bây*, os escravos da casa do pai (Ibid., p. 12).

Os *gér* são tanto a nobreza guerreira que compõe a cavalaria do exército,

31), enquanto em Cheikh Anta, “les Africains n’ont donc jamais vécu l’expérience d’une république laïque...” (DIOP, op. cit., p. 74).

⁷⁴ Algo também observado por HORTON, p. 111.

⁷⁵The British Consul to the Bight of Biafra, T. J. Hutchinson, declared in 1861 that ‘in many of the palm oil trading rivers slavery is purely mythical. In Bonny, the men who rule the roost in political debate, as well as on the palm oil change, are of the slave class.’ ‘The best thing in it’ (the House system), said another, ‘is that it gives to the poorest boy who paddles an oil canoe a chance of becoming king.’ That many slave boys rose to the rank of the nobility in the city-states is writ large in Delta history of the nineteenth century (Ibid., p. 36).

⁷⁶Diop afirma: “[...] dans la conception africaine de l’honneur, ce sont pas les hommes de rang inférieur qui doivent être exploités s’il y a lieu, mais les égaux sociaux, surtout quand ceux-ci ne sont pas matériellement forts pour se défendre” (DIOP, op. cit., p. 15).

⁷⁷Nessa passagem da obra de Cheikh Anta, não existe recurso a fontes ou a obras de terceiro, não há referência as possíveis mudanças ocorridas com a ‘pacificação do Cayor’, ou a abolição da escravatura, ou a desestruturação da monarquia trazidas pela conquista colonial.

quanto os trabalhadores que não exercem profissões manuais, tais como as de ferreiro, sapateiro ou ourives: essas são incumbências dos *ñeño* cuja especialidade de artesão é hereditária. Os trabalhadores entre os *gér* se dedicam exclusivamente a agricultura, considerada uma atividade sagrada. Eles recebem uma designação especial, a saber, *ba-dôlo*, que significa “sem força” em tuculero⁷⁸: nessa casta se encontra majoritariamente a classe trabalhadora, os camponeses pobres (*paysnnerie pauvre*) que, por serem *gér*, podem acender socialmente, embora essa não seja a regra.

Os *djam-bour* formam a maior parte da infantaria do exército. São escravos do rei, ex-prisioneiro de guerras ocorridas em território estrangeiro. Os *djam neg nday* são escravos domésticos, assim como os *djam neg bây*. Por causa da poligamia e do regime matriarcal, os *djam neg nday* possuem uma relação de forte estima com os membros da família, principalmente com as crianças, uma vez que eles estão ligados a casa da mãe. Nas palavras de Cheikh Anta:

O escravo da casa da mãe é o cativo da nossa mãe, em contraposição ao do nosso pai. Ele poderia ser adquirido no mercado aberto, advir de herança ou ser algum presente; uma vez estabelecido, torna-se quase uma parte da família. É o doméstico fiel, respeitado, temido e consultado pelas crianças. Devido ao regime matriarcal e a poligamia, nós nos sentimos mais próximos dele (pelo fato de ser pertencente a nossa mãe) do que do escravo do pai que está em igual distância, socialmente falando, de todos os filhos do mesmo pai e de mães diferentes (MINHA TRADUÇÃO).⁷⁹

Assim, existem duas estruturas justapostas de hierarquia no sistema de castas, partindo da sociedade do Cayor: aquela entre os *gor* e aquela entre os *djam*. Na base dessas hierarquias estão os camponeses pobres *ba-dôlo* e os escravos da casa do pai *djam neg bây* enquanto no topo encontram-se a nobreza guerreira *gér* e os escravos do rei *djam-bour*. São os últimos, que acabam ocupando posições importantes na organização administrativa, como é o caso do *rassam naba*, como se viu, entre os Mossi.

Em Dike, existe uma razão mercantilista que move a instituição do *House system* que talvez foi melhor personificada na história do delta, em Ja Ja (na HGA-UNESCO,

⁷⁸Na verdade existe uma imprecisão aí, Tuculero (toucouleur) não corresponde a uma língua, mas uma comunidade de fala fulfulde (Veja: KI-ZERBO, 2010, p. 265).

⁷⁹L'esclave de la maison de la mère est le captif de notre mère, par opposition à celui de notre père. On a pu l'acheter sur le marché, il peut provenir d'un héritage ou d'un don quelconque; une fois qu'il a fait souche, il est presque partie integrante de la famille: il est le domestique fidèle, respecté, craint et consulté par les enfants. Le régime matriarcal et la polygamie aidant, nous le sentons plus proche de nous (comme procédant de notre mère) que l'esclave du père qui est à égale distance, socialment parlant, de tous les enfants de même père et de mère différentes (DIOP, 1987, p. 14).

Jaja) :

Ja Ja nasceu em Amaigbo, no coração do país igbo, em 1821. Foi vendido como escravo, provavelmente, com 12 anos de idade, ao chefe Iganipughuma Allison de Bonny que por achá-lo insubordinado e teimoso, deu-o de presente a Madu, um chefe de Anna Pepple House. Assim começou sua relação com a Casa [House] que mais tarde chegou a dirigir. Sua ascensão da escravidão a liberdade, suas façanhas como um escravo doméstico de Madu, e seu serviço a bordo de um supercargueiro britânico constituem interessantes capítulos de sua carreira excepcional. [...] Ja Ja era um jovem comerciante desconhecido, porém em ascensão, aparentemente despreocupado com as convulsões políticas que se converteram em uma característica comum a vida de Bonny. Suas energias se concentravam na ampliação de seus negócios; porém em 1861, ele alcançou o primeiro escalão dos chefes de Bonny e estava a ponto de ganhar a direção da sua Casa.⁸⁰

O fato de não ser um príncipe-mercador, mas um escravo, além de denotar a crise da monarquia de Bonny, faz de Jaja um *self-made man*. O último grande líder africano no delta, antes do advento do colonialismo. Um homem de ação e ambicioso, muito conhecido na *hirterland* igbo⁸¹, que fundou um novo estado, Opobo, onde aí, pode se tornar ele mesmo um *amanyanabo* e controlar o mercado do óleo. Esse protótipo do homem capitalista africano contrasta sobremaneira com a moral socialista do africano tradicional inscrito no sistema de casta apresentado por Cheikh Anta⁸².

⁸⁰ Ja Ja was Born at Amaigbo, in the heart of the Iboland, in 1821. He was sold as a slave, probably at the age of 12, to Chief Iganipughuma Allison of Bonny, who, finding him insubordinate and headstrong, made a gift of him to Madu, a chief of Anna Peppel House. Thus began his connexion with the House he later came to lead. His rise from slavery to freedom, his exploits as a domestic slave of Madu, and his service under a British supercargo form interesting chapters in his exceptional career [...] Ja Ja was an unknown but rising young trader, apparently unconcerned with the political upheavals that had become a common feature of Bonny life. His energies were concentrated in extending his trade; but by 1861 he had rise to the rank of the first line of chiefs at Bonny and was soon to gain the leadership of his House (DIKE, op. cit., p 183).

⁸¹ “‘Jō Jō na Ubani’ ‘Ubani’ is the Ibo language as would ‘Hitlerite Germany’, ‘Napoleon’s France’, or ‘Mussolini’s Italy to Europeans (Ibid., p. 196)

⁸² O autor afirma: La vie politico-sociale aidant, sa solidarité est seigneuriale; quoi qu’il en soit, il n’hésite pas à partager; les réflexes de conservation de biens matériels sont très atténués chez lui. Par conséquent, ses habitudes d’intérêts sont favorables à une évolution socialiste (DIOP, op. cit., p. 76).

3.4 – Regionalismo: tempo histórico

As teses regionalistas na HGA-UNESCO, assim como as teses difusionistas, versam também sobre a formação das sociedades complexas na África. Nesse contexto, pode-se dizer que essa abordagem mantém uma relação de contrariedade com o difusionismo intra-africano, isto é, em se tratando do mesmo problema histórico, não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo. Como foram apontadas tendência difusionistas nas obras investigadas, concluiu-se que essas obras não são regionalistas.

Todavia, existe outro aspecto do regionalismo que justifica esta seção. Trata-se do problema do evolucionismo. Como se viu, com Lopes, essa característica faz ruir qualquer pretensão dos primeiros historiadores africanos. Para Barbosa, o evolucionismo está presente na HGA-UNESCO, mas não é inerente a perspectiva africana. Muitos artigos subsumidos a abordagem regionalista demonstrariam a possibilidade de um internalismo não-evolucionista (Ibid., p. 150). Como nas obras investigadas isso pode ser observado?

Para responder a essa pergunta, buscou-se o significado do termo “tribo”, com isso pode-se constatar uma diferença de perspectiva quanto ao tempo histórico nas duas obras. Com efeito, Cheikh Anta vê a tribo como um estágio social primitivo (Ibid., p. 75). Posição essa, não sustentada por Dike, pelo contrário, o historiador nigeriano critica esse tipo de opinião, como se pode confirmar a seguir:

A organização social das tribos do sudeste do Níger [...] foi, freqüentemente, descrita como carente de coesão e menos avançadas na escala de organização política, especialmente em comparação com as monarquias altamente centralizadas e os estados de padrão ocidental. Não há, na verdade, base científica para tal comparação, como etnógrafos modernos tem enfatizado repetidamente. Não existe critério universal para uma comparação desse gênero, e como o professor M. J. Herskovits disse “estudiosos que desenham comparações dessa natureza estão meramente reagindo ao seu próprio condicionamento que lhes deu uma predisposição a favorecer seus próprios costumes e colocar culturas diferentes em níveis considerados menos avançados. Nas palavras enfáticas de Piddington, ‘Nenhuma comunidade humana é inferior, anterior ou mais antiga do qualquer outra. Todas representam adaptações humanas altamente especializadas, o produto de milênios de vida cultural tradicionalizada’ (TRADUÇÃO MINHA).⁸³

⁸³ The social organization of the tribes south-east of the Niger [...] has often been described as lacking in cohesion and as being low in the scale of political organization, especially when compared to the highly centralized monarchies and states of the Western pattern. There is really no scientific basis for such comparison, as modern ethnographers have repeatedly emphasized. No universal criteria for comparisons of this sort exist, and as Professor M. J. Herskovits has said ‘scholars drawing comparisons of this nature have merely re-acted to their own conditioning which has given them a predisposition to favour their own customs and to place differing cultures on levels which are deemed less advanced’. In the emphatic words of Piddington, ‘No human

Nesse trecho, há a referência ao antropólogo (cultural) americano Melville J. Herskovits e seu livro de 1941, *The Myth of the Negro Past*, e ao antropólogo (funcionalista) neozelandês Ralph Piddington via uma obra de arqueologia de V. Gordon Childe intitulada *Social Evolution* publicado em 1951. É na companhia desses autores que Onwuka Dike elabora seu argumento anti-evolucionismo que consiste nas seguintes premissas: a perspectiva evolucionista implica em uma abordagem comparativa etnocêntrica, pois é impossível hierarquizar experiências históricas, devido à simultaneidade das culturas humanas no mundo e diferentes formas de adaptação.

Já a posição de Cheikh Anta dialoga com a antropologia em Marx e Engels que se encontra em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* de Engels cuja tradução completa já existia em francês desde 1893⁸⁴. Com efeito, existem várias correspondências conceituais entre esses dois trabalhos: a organização de gens e a organização de clãs; nomes de animais para distinguir cada gens e nomes totêmicos para identificar cada clã e a divisão do trabalho e a passagem para a sociedade de classe, e, a divisão do trabalho e a passagem para sociedade de casta. Finalmente, é a universalização desses conceitos, aceita em Engels, que sustenta a proposta de Cheikh Anta. No prefácio de sua obra (mencionado em outra oportunidade), Cheikh Anta ataca uma forma de se fazer história da África que é por sua vez excessivamente factual. Essa forma não permite uma compreensão da totalidade histórica africana, embora para tanto não existissem carências de documentação (pelo menos no que diz respeito à África Ocidental em um período de cerca de dois mil anos, segundo o próprio autor). Nesse sentido, procurou-se evidenciar a estrutura do desenvolvimento histórico africano, a partir de sua especificidade (*évolution divergente*) apreendida na comparação com outras sociedades no mundo ao longo do tempo, nomeadamente a europeia, da antiguidade à

community is any lower, earlier, or more ancient than any other. All represent highly specialized human adaptations, the product of millennia of traditionalized cultural life' (DIKE, 1966, p. 43).

⁸⁴ Embora conste na bibliografia da obra de Cheikh Anta apenas *O Capital* (*Le Capital*), livro I, tomo III, a parte todas as semelhanças já apresentadas, outra evidência me levou a obra escrita por Engels, a saber, uma citação indiretamente encontrada em Cheikh Anta. Compare: “La victoire était d’autant plus méritoire que les Soudanais vainqueurs ne disposaient que d’arcs et de fleches alors que les Anglo-Égyptiens étaient munis des armes à feu les plus modernes de leur époque. L’Occident fut stupéfait devant cet événement qui arracha un cri d’admiration à Engels.” (DIOP, 1987, p. 160); e em Engels (19--?, p. 128): “Recentemente, vimos em África exemplos dessa intrepidez. Os cafres da Zululândia, há alguns anos, e os núbios, há poucos meses (duas tribos entre as quais ainda não se extinguíram as instituições gentílicas), fizeram o que não saberia fazer nenhuma tropa europeia. Armados apenas com lanças e dardos, sem armas de fogo e sob a chuva de balas das espingardas de repetição da infantaria inglesa (reconhecida como a primeira do mundo no combate em formação cerrada), lançaram-se sobre as suas baionetas, semearam por várias vezes o pânico no meio dela e acabaram por derrotá-la, apesar da colossal desproporção de armas e de os nativos não terem nada semelhante ao serviço militar nem saberem sequer o que são exercícios militares”.

modernidade. Nesse contexto, a tribo aparece como um estágio comum no desenvolvimento de Europa e África relacionado à barbárie, assim como a sua desorganização que leva a estágio da civilização, também é comum entre as sociedades dos dois continentes: todavia, neste ponto, a evolução social na Europa e a evolução social na África tomam caminhos diferentes. Sob condições históricas e econômicas determinadas, surgiu no continente europeu o feudalismo e depois uma civilização industrial. Esse fenômeno, por sua vez, não deve ser explicado, por algo correspondente a um gênio racial (*génie racial*), mas, grosso modo, pela estrutura social historicamente criada pelas diferentes raças (Ibid., p. 24). Assim, Cheikh Anta constata que o sistema de casta negro-africano é mais equilibrado do que o sistema de classes ariano-europeu e por isso tende a inércia, ou melhor, a estabilidade: esse é o fator chave para entender a evolução divergente entre a África negra e a Europa ariana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação poderia ser compreendida como uma resposta a duas questões: “Quão africana é a historiografia sobre a África?” e “como o colonialismo é criticado desde a perspectiva dos primeiros historiadores do Continente?”

Na primeira frente, a despeito da importância da institucionalização e profissionalização da história da África como uma forma de reabilitar o passado do Continente aos olhos de uma comunidade global (a rigor, para um público externo que se interessa em “histórias da humanidade ou das civilizações”⁸⁵); o que faz com que neste contexto o historiador africano esteja mergulhado no problema levantado por Hountondji de uma atividade científica *extravertida* imbuída em uma *discussão vertical* com seus *parceiros ocidentais* nas instituições de Estudos Africanos: foi proposto deslocar os historiadores considerados deste locus de enunciação africanista, para compreendê-los no mundo no qual eles *habitavam*, isso significa acentuar outras relações sociais que contextualizam a produção e reprodução do conhecimento constituído em suas obras.

Nesse sentido, procuramos introduzir as tradições históricas africanas anteriores à década de 1940: compreendidas não mais em comparação com a história acadêmica, mas na cultura política em que elas foram engendradas. Identificamos distinções entre a história nas estruturas políticas centralizadas da Senegâmbia, em contraposição as organizações sociais contra o estado no país igbo. Em seguida, foi constatado como a memória foi ressignificada nas cidades atlânticas e o progressivo distanciamento com a história contada no interior camponês. O mosaico fragmentado construído a partir daí, permitiu com que fosse situada a historiografia aqui analisada, considerando a trajetória dos autores e alguns aspectos de suas obras. Assim, constatou-se que o intelectual africano não chegou como uma tábua rasa na metrópole colonial, mas imbuído de diversas tradições históricas locais. Em Londres e Paris, indicamos outros encontros, para além do contexto dos Estudos Africanos, com a poesia e a cultura política da diáspora que foi limitada a notícia de alguns fatos relacionados à receptividade de algumas ideias e a mobilização política. Seria

⁸⁵ Nesse sentido, a história científica da África viria para corrigir as “genealogias mal feitas”, “as estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina”, as “seqüências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado”, etc. produzidas por “viajantes”, “traficantes de escravos”, “exploradores”, “missionários”, “procônsules”, etc. (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

importante aqui um trabalho de maior fôlego que tentasse encontrar de uma forma mais sistemática as distâncias entre as obras publicadas nesse período de um número maior de intelectuais que incluísse também aqueles da diáspora.

Finalmente, adotamos a perspectiva africana da HGA-UNESCO como um ponto de referência, com o qual se pôde estabelecer as distâncias entre *Trade and Politics* e *L'Afrique Noire Précoloniale*. Deste modo, observou-se uma centralidade das sociedades complexas, o predomínio da abordagem difusionista em complementaridade com a abordagem do sujeito africano e, ainda, pôde-se inferir alguns que o tempo histórico não foi considerado da mesma forma pelos dois autores, isto é, vê-se o enfrentamento ao evolucionismo “externalista”: perpetrado por Diop, com a ideia de evolução divergente (um evolucionismo internalista) e Dike com a ideia de adaptabilidade rompendo completamente com uma noção de tempo histórico evolucionista. Nas duas obras investigadas, encontra-se maior ênfase na dimensão política das sociedades africanas comparativamente a HGA-UNESCO (percebida desde a análise de Barbosa). Nesse contexto, verifica-se uma dimensão moral, onde há um contraste entre uma moral coletivista e uma moral individualista como protótipo do novo cidadão africano: Jaja e Bamba: Abrindo-se assim uma aproximação com as culturas históricas orais.

BIBLIOGRÁFICAS

1 - Documentos textuais

DIOP, Cheikh Anta. *L'afrique noire précoloniale: étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique Noire, de l'Antiquité à formation des États modernes*. Paris: Prèsence Africaine, 1987.

_____. *Precolonial Black Africa: a comparative study of the political systems of Europe and Black Africa, from antiquity to the formation of modern states*. EUA: Lawrence Hill & Company, 1987.

DIKE, Kenneth Onwuka. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885: na introduction to the economic and political history of Nigeria*. Londres: Oxford University Press, 1966.

2 - Obras de referência

ALAGOA, Ebiegberi J.. ELANGO, Lovett Z.; N'NAH, Nicolas Metegue. O delta do Níger e Camarões. In: AJAYI, Ade J. F. (E.). *História Geral da África, vol. VI: África do século XIX à década de 1880*. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010. p. 843-874. .

CHUKU, Gloria. Kenneth Dike: the father of modern African historiography. In: _____ (E.). *The Igbo Intellectual Tradition: Creative Conflict in African and African Diasporic Thought*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p.137-164. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=-WmYAAAAQBAJ&pg=PR4&lpg=PR4&dq=The+Igbo+Intellectual+Tradition:+Creative+Conflict+in+African+and+African+Diasporic+Thought&source=bl&ots=jR0RQ7qFU&sig=juXskeeK4qIRlgY0DJ5Kst4LKIQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=QtaNVZz1HcKw-QGyhoj4CQ&ved=0CDMQ6AEwAw#v=onepage&q=Dike&f=false>> . Acesso em: 16 set. 2014.

CURTIN, Philip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, Joseph (E.). *História geral da África, vol. I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010. p. 23-36.

DIOUF, Mamadou; MBODJ, Mohamad. The Shadow of Cheikh Anta Diop. In: MUDIMBE, V. Y. (E). *The Surreptitious speech: Présence africaine and the politics of otherness, 1947-1987*. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 1992. p. 118-135.

DJAÏT, H. As fontes escritas anteriores ao século XV. In: KI-ZERBO, J. (E.). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 60-77.

DIKE, K. O.; AJAYI, J. F. A. Historiography: African Historiography. In: SILLS, David L (E.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. The Macmillan Company & The Free Press: Estados Unidos da América, 1968. p. 394-400.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (E.). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-22.

FALOLA, Toyin. African Historical Writing. In: SHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel; HESKETH, Ian (EE). *The Oxford History of Historical Writing, vol. 5: historical writing since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 399-421.

HOUTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 131-144.

KI-ZERBO, Joseph. *Histoire de l’afrique noire: d’hier à demain*. Paris, Hatier, 1978.

_____. Introdução Geral. In: _____. *História Geral da África vol. 1: metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXI – LVII.

LOUIS, Wm. Roger. Introduction. In: WINKS, Robin (E). *The Oxford History of The British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p 1-42.

LUMUMBA-KASONGO, Tukumbi. Diop, Cheikh Anta: 1923-1986. In: DARITY JR, William A. *International encyclopedia of the social sciences*. Detroit: CENGAGE Learnig. 2008. p. 368-370.

MURRAY, J. A. H (E). *The Compact edition of the Oxford English dictionary: complete text reproduced micrographically, vol. II*. New York : Oxford University, 1971.

MAZRUI, Ali A.; AJAYI, J. F. Ade; BOAHEN, A. Adu; TSHIHANGU, Tshihiku. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: _____.; WONDJI, C. (EE). *História Geral da África, vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 761-816.

_____. Introdução. In: _____.; WONDJI, C. (EE). *História Geral da África, vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30.

M’BOKOLO, Elikia. *A África e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

NWAUWA, Apollos O. K. O. Dike and the New African Nationalist Historiography. In: FALOLA, Toyin; PADDOCH, Adam (EE.). *Emergent Themes and Methods in African Studies-Essays in Honor of Adiele E. Afigbo*. African World Press, Trenton: NJ, 2009.

3 - Obras Gerais

ACHEBE, Chinua. *There was a country: a personal history of Biafra*. London: Penguin Books, 2012.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da História Regional*. Brasil; Amsterdam: South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS); Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), 2000.

_____. *Senegambia and the Atlantic slave trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BASIL, Davidson. *The growth of African civilistaion: a history of West Africa 1000-1800*. Inglaterra: Longman Group Limited, 1977.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

DIOP, Cheikh Anta. Preface: the meaning of our work. In: _____. *The African Origin of Civilization: myth or reality*. Estados Unidos da América: Lawrence Hill & Co., 1974. p. ix-xii.

DIAGNE, Souleymane Bachir. Léopold Sédar Senghor: l'art africain comme philosophie. Paris: Riveneuve Éditions, 2007.

FRANTZ, Fanon. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

MUDIMBE, V. Y. A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Mangualde; Luanda: Edições Pedagogo, 2013.

HARNEIT-SIEVERS, Axel. *Constructions of belonging: Igbo communities and the Nigerian state in the twentieth century*. New York: University of Rochester Press, 2006.

4 - Artigos, resenhas, teses e entrevista

AJAYI, J. F. Ade. Interview with Prof. J. F. Ade Ajayi. [s.d.]. [s. l.]. PULA: Botswana Journal of African Studies, v. 2, n. 2. Entrevista concedida a Kwesi K. Phah.

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. 2012. 208 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

DIALLO, Alfa Oumar ; DIALLO, Cíntia Santos. *Vida e Obra de Cheikh Anta Diop: o homem que revolucionou o pensamento africano*. Ciência e Letras, n.44, 2008, p. 115-124.

DIKE, K. Onwuka. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: FLINT, J. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria by K. Onwuka Dike. *The Journal of Economic History*, v. 19, n. 3, p. 439-440, 1959.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: HORTON, W. R. G. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885. by K. O. Dike. *Man*, v. 56. p. 110-111.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: HENRI, BRUNSCHWIG. Trade and politics in the Niger delta. An introduction to the economic and political history of Nigeria (1830-1885). *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Ano 13, n.3, 1958. p. 600-601.

_____. Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885; An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria. Oxford: Clarendon Press, 1956. Resenha de: WATKINS, Mark Hanna. Trade and Politics in the Niger, 1830-1885 by K. Onwuka Dike. *The Journal of Negro History*. v. 41, n. 3, 1956, p. 260-263.

LEJEUNE, Dominique. Les membres des Sociétés de géographie au xixe siècle. In:

Communications, 54, 1992. pp. 161-174.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Investida: Historiografia africana feita por africanos. In: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Colóquio Construção e Ensino da História de África: Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1994*. Lisboa: Governo Português, 1995. p. 21-30.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando África? : entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

HARTOG, François. An End and a Beginning. *The UNESCO Courier: a new look at the history of communism*. Maio/1994. p. 9-11.

KAPTEIJNS, Lidwien. African Historiography written by Africans, 1955-1973: the Nigerian Case. 1977. 152 f. Tese (doutorado em História) – Afrika-Studiecentrum, Universidade de Amsterdam, Leiden. 1977.

MBEMBÉ, Achille. À propos des écritures africaines de soi. *Politique africaine*, Editions Karthala, v. 1, n. 77, p. 16-43, 2000.

_____. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no 1, p. 171-209, 2001.

_____. African modes of self-writing. *Public Culture*, Duke University Press, v. 1 n. 14, p. 239-273. 2002.

NWAUBANI, Ebere. Kenneth Onwuka Dike, “Trade and Politics”, and the restoration of the African in history. *History in Africa* Vol. 27, p. 229-248, 2000.

PEREIRA, José María Nunes. Os estudos africanos no Brasil – Um estudo de caso: o CEAA. In: LECHINI, Gladys. *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*. Buenos Aires: Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p. 277-298.

OBENGA, Théophile. L’Afrique dans l’Antiquité: Égypte pharaonique, Afrique noire, Paris, Présence Africaine, 1973. Resenha de MICHEL-MARIE, Dufeil. Théophile OBENGA. L’Afrique dans l’Antiquité: Égypte pharaonique, Afrique noire, Paris, Présence Africaine, 1973, 215/135, XVI-464 p. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 29, n. 2, p. 282-284, 1974.

OGOT, Bethwell A. History of the Southern Luo. Volume 1. Migration and Settlement. Resenha de: COHEN, David William. History of the Southern Luo. Volume 1. Migration and Settlement by Bethwell A. Ogot. *The Journal of African History*. v. 9, n. 3, p. 480-482, 1968.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições Sobre A África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Tese (Doutorado). Brasília: UNB, 2007. 404 p.

SANTOS, Irinéia M. Franco; BARBOSA, Muryatan Santana. 1.000 Livros sobre história da África. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 3. p. 118-142, junho/2009.

4. Sites Consultados

Portal UNESCO, "Cinquantenaire du Premier congrès des écrivains et artistes noirs": <http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=34700&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>
Acesso: 09 dez. 2014

UN, Cartographic, "West Africa": <<http://www.un.org/depts/Cartographic/map/profile/westafrica.pdf>> . Acesso em: 05 de mai. 2015.

IFAN, "Présentation de l'IFAN Ch. A. Diop" e "Le Service des Publications": <http://ifan.ucad.sn/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=68> Acesso em: 09 set. 14.

SOAS, "About us": <<http://www.soas.ac.uk/about/history/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

UI, "History of UI": <<http://www.ui.edu.ng/uihistory>>. Acesso em: 09 set. 2014.

UG, "Establishment of the University": <<http://www.ug.edu.gh/about/establishment-university>>. Acesso em: 09 set. 2014.

MAK, "Historical Background": <<http://mak.ac.ug/about-makerere/historical-background>>. Acesso em: 09 set. 2014.

UOFK, "Historical Background": <<http://www.uofk.edu/about-uofk/historical-background>>. Acesso em: 09 set. 2014.

CEAF, "Présentation": <<http://ceaf.ehess.fr/index.php?871>>. Acesso em: 09 set. 2014.

ASA, "About the ASA" e "Past Presidents of the ASA": <<http://africanstudiesassociation.org/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

UCAD, "50 ans d'histoire": <http://www.ucad.sn/index.php?option=com_content&view=article&id=155&Itemid=320>. Acesso em: 09 set. 2014.

UDSM, "Background": <<https://www.udsm.ac.tz/background>>. Acesso em: 09 set. 2014.

UON, "UON Profile": <<http://www.uonbi.ac.ke/about/profile>>. Acesso em: 09 set. 2014.

"Djibril Tamsir Niane". *Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica Onlin*: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/413770/Djibril-Tamsir-Niane>> . Acesso em: 09 set. 2014.

Système Universitaire de documentation (DIOP, Cheik Anta): <http://catalogue.biu.sorbonne.fr/search~S3*frf?/XDiop&searchscope=3&SORT=DX/XDiop&searchscope=3&SORT=DX&extended=0&SUBKEY=Diop/1%2C36%2C36%2CB/framest&FF=XDiop&searchscope=3&SORT=DX&36%2C36%2C>. Acesso em: 09 set. 2014.

Senate House Libraries, University of London (DIKE, Onwuka Dike): <<http://193.63.81.241/search~S16/?aDike%2C+Kenneth+Onwika./adike+kenneth+onwika/-3%2C-1%2C0%2CB/framest&FF=adike+k+o&1%2C1%2C>>. Acesso em: 09 set. 2014.

Senate House Libraries, SOAS (OGOT):

<<http://193.63.81.241/search~S16/?searchtype=a&searcharg=+Ogot&searchscope=16&sortdr opdown=&SORT=D&extended=0&SUBMIT=Search&searchlimits=&searchorigarg=a+Biobaku>>. Acesso em: 09 set. 2014.

Notas biográficas de OBENGA:

<http://www.presenceafricaine.com/149_obenga-theophile>;

<<http://africana.sfsu.edu/people/faculty/theophile-j-obenga>>

Acesso em: 09 set. 2014.

Imagem de Cheikh Anta Diop:

<http://www.cheikhantadiop.net/cheikh_anta_diop_sur.htm>

Acesso em: 09 set. 2015.

Imagem de Kenneth Onwuka Dike:

<<http://thenewsnigeria.com.ng/2015/09/kenneth-dikes-pioneering-roles-in-african-history-and-as-ui-vc-son-emeka-dike/>>

Acesso em: 09 set. 2015.